



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

LAIZ LIMA DOS SANTOS FARIAS

**UM ESTUDO SOBRE O CAMPESINATO NA SERRA DA MANDIOCA, PALMEIRA
DOS ÍNDIOS-AL**

**Delmiro Gouveia – AL
2019**

LAIZ LIMA DOS SANTOS FARIAS

**UM ESTUDO SOBRE O CAMPESINATO NA SERRA DA MANDIOCA, PALMEIRA
DOS ÍNDIOS-AL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso Geografia Licenciatura
como requisito para a obtenção do grau de
Licenciada em Geografia, sob a orientação do
Prof. Dr. Lucas Gama Lima.

Delmiro Gouveia – AL
2019

**Catálogo na fonte Universidade
Federal de Alagoas Biblioteca do
Campus Sertão Sede Delmiro Gouveia**

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza – CRB-4/2209

F224u Farias, Laiz Lima dos Santos

Um estudo sobre o campesinato na Serra da Mandioca, Palmeira dos Índios – AL / Laiz Lima dos Santos Farias. – 2019.

55 f. : il.

Orientação: Prof. Dr. Lucas Gama Lima.

Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Geografia. Delmiro Gouveia, 2019.

1. Geografia humana. 2. Campesinato. 3. Território. 4. Agricultura familiar. 5. Serra da Mandioca – Palmeira dos Índios – Alagoas. I. Título.

CDU: 911.3



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA

FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTOR(A): Laiz Lima dos Santos Farias

“Um estudo sobre o campesinato na Serra da Mandioca, Palmeira dos Índios-AL” - Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas – UFAL - Campus do Sertão.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Geografia - Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 22 de agosto de 2019

Banca Examinadora:

(Prof. Dr. Lucas Gama Lima – UFAL /Campus do Sertão)

(Orientador(a))

(Prof. Me. Diêgo Rodrigues da Silva – UFAL/Campus do Sertão)

(1º Examinador(a))

(Prof. Me. Ricardo Santos de Almeida – UFAL/Campus do Sertão)

(2º Examinador(a))

Dedico este trabalho, aos camponeses oriundos da Serra da Mandioca que contribuíram com a realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, pelo dom da vida e pela oportunidade e sabedoria que me destes para percorrer esse caminho. Se não fosse o meu Senhor, eu não chegaria até aqui, pois Ele sempre esteve comigo nos dias de lutas e noites mal dormidas.

Aos meus pais, Salete e Luiz, por terem contribuído com a construção do meu caráter e dignidade, como também, pelo incentivo nos estudos e apoio incondicional que foi me concedido durante a minha jornada acadêmica.

Ao meu esposo, Danilo que esteve comigo desde o início da graduação, dando-me força e coragem para prosseguir e por ter acreditado no meu potencial.

À minha amiga Maria Vilma, a qual percorreu esse caminho comigo e fez com que a jornada fosse mais leve. Juntas vivenciamos experiências e momentos inesquecíveis que guardarei para sempre em minha memória.

Às minhas colegas de curso, Aline e Lidiane, pela amizade sincera e união que foi fundamental para mantermos fortes em busca do mesmo objetivo.

À comunidade da Serra da Mandioca pelo acolhimento e colaboração para a realização deste trabalho, em especial, a senhora Josefa Albuquerque pela receptividade e acessibilidade durante o processo de construção da pesquisa.

Ao meu orientador Prof. Dr. Lucas Gama Lima pela sua prestatividade, orientação e compreensão em todas as etapas da construção deste trabalho; a sua contribuição foi fundamental para a minha formação.

Aos professores da graduação, Ricardo Santos de Almeida e Leônidas Marques de Santana, os quais eu tenho uma imensa admiração e respeito pela solicitude e incentivo à docência.

Enfim, agradeço a todos que estiveram comigo durante este período importante para minha realização profissional e pessoal.

*“o cabra que não tem eira nem beira
lá no fundo do quintal tem um pé de
macaxeira
a macaxeira é popular é macaxeira
pr'ali, macaxeira pra cá
e em tudo que é farinhada a macaxeira
tá
você não sabe o que é farinha boa
Farinha é a que a mãe me manda lá de
Alagoas”*

(Djavan)

RESUMO

FARIAS, Laiz Lima dos Santos. **Um estudo sobre o campesinato na Serra da Mandioca, Palmeira dos Índios-AL**. 2019, 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso/TCC (Graduação em Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas/UFAL, Campus do Sertão/Delmiro Gouveia, 2019.

O campesinato brasileiro associado ao estudo de uma comunidade na Serra da Mandioca, localizada no município de Palmeira dos Índios-AL, é o foco do estudo deste trabalho que teve como objetivo analisar as relações entre a o território e a territorialidade camponesa, assim como as relações entre os sujeitos camponeses que residem na localidade. Ainda, esta pesquisa procurou a reflexão acerca das condições do trabalho do camponês na Serra da Mandioca, ou seja, a terra de trabalho, em contraposição com a terra de negócio defendida por José de Souza Martins. Assim, este trabalho utilizou os conhecimentos advindos dos estudos das relações entre o camponês e o campesinato, assim como as definições de camponês e as discussões acerca do modo de produção capitalista de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Os trabalhos desses autores foram utilizados para subsidiar a análise e descrição das informações encontradas durante a pesquisa. Esta por sua vez revelou que o camponês presente na Serra da Mandioca luta para a perpetuação do seu modo de vida, o campesinato. Nos resultados da pesquisa se encontram as informações que indicam que a reprodução camponesa sofre a influência do modo de produção capitalista, pois os moradores fazem uso de produtos monopolizados pelas empresas capitalistas, a exemplo dos agrotóxicos. Contudo, as raízes do campesinato estão alicerçadas na Serra da Mandioca e resistem aos tempos atuais, pois os moradores ainda persistem em continuar o modo de vida que possuem de a reproduzir o campesinato, pois esse é entendido como o meio que eles possuem para viver, não apenas sobreviver. Assim, a conclusão aponta para a contraditória e desafiadora reprodução do modo de vida camponês na Serra da Mandioca.

Palavras-chave: Campesinato. Território. Territorialidade.

ABSTRACT

FARIAS, Laiz Lima dos Santos. **Um estudo sobre o campesinato na Serra da Mandioca, Palmeira dos Índios-AL**. 2019, 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso/TCC (Graduação em Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas/UFAL, Campus do Sertão/Delmiro Gouveia, 2019.

The Brazilian peasantry associated with the study of a community in Serra da Mandioca, located in Palmeira dos Índios-AL, is the focus of the study of this work that aimed to analyze the relations between the territory and the peasant territoriality, as well as the relations among the peasant subjects residing in the locality. Also, this research sought reflection on the working conditions of the peasant in Serra da Mandioca, that is, the working land, as opposed to the business land defended by José de Souza Martins. Thus, this work used the knowledge derived from studies of the relationship between the peasant and the peasantry, as well as the definitions of peasant and the discussions about the capitalist mode of production of Ariovaldo Umbelino de Oliveira. The works of these authors were used to support the analysis and description of the information found during the research. This in turn revealed that the peasant present in the Serra da Mandioca struggles for the perpetuation of his way of life, the peasantry. In the research results we find the information that indicates that the peasant reproduction is influenced by the capitalist mode of production, because the residents make use of products monopolized by the capitalist companies, such as pesticides. However, the roots of the peasantry are rooted in the Serra da Mandioca and resist the current times, as residents persist in continuing their way of life to reproduce the peasantry, as this is understood as the means they have for living, Not just survive. Thus, the conclusion points to the contradictory and challenging reproduction of the peasant way of life in the Serra da Mandioca.

Keywords: Peasantry. Territory. Territoriality.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Localização da Serra da Mandioca em Palmeira dos Índios-AL | 27 |
| Figura 2 - Planta que empresta o nome à localidade da serra: a Mandioca | 28 |
| Figura 3 - Área plantada de mandioca (ha) na cidade de Palmeira dos Índios (2004-2017) | 29 |
| Figura 4 - Plantação de mandioca na Serra da Mandioca | 30 |
| Figura 5 - Casa de Farinha Comunitária | 31 |
| Figura 6 - Equipamento utilizado na produção de farinha: moinho | 31 |
| Figura 7 - Equipamento utilizado na produção de farinha: forno rotativo | 32 |
| Figura 8 - Plantação de milho na Serra da Mandioca | 33 |
| Figura 9 - Plantação de milho e abóbora interligadas | 33 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Sexo da população pesquisada..... | 35 |
| Gráfico 2 - Idade da população pesquisada..... | 36 |
| Gráfico 3 - Tempo em que mora na localidade da Serra da Mandioca | 37 |
| Gráfico 4 - Indicativo de frequência de moradia na localidade da Serra da Mandioca | 38 |
| Gráfico 5 - Tempo em que trabalha em agricultura na Serra da Mandioca | 38 |
| Gráfico 6 - É detentor da posse das terras onde trabalha com agricultura | 40 |
| Gráfico 7 - Se trabalha na terra somente com familiares | 41 |
| Gráfico 8 - Produção agrícola na propriedade..... | 42 |
| Gráfico 9 - Se vende a produção agrícola da propriedade..... | 43 |
| Gráfico 10 - Possui empréstimo junto a algum banco para ajudar na produção agrícola | 44 |
| Gráfico 11 - Possui trabalho assalariado ou diarista em outra propriedade | 45 |
| Gráfico 12 - Migração para trabalhar em outras regiões de Alagoas ou do país..... | 45 |
| Gráfico 13 - Participação em associação e/ou cooperativa..... | 46 |
| Gráfico 14 - Uso de adubo/fertilizante | 47 |
| Gráfico 15 - Tipo de adubo utilizado na produção agrícola | 47 |
| Gráfico 16 - Procedimentos técnicos empregados na produção agrícola | 48 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 O CAMPESINATO BRASILEIRO | 14 |
| 1.1 Campesinato | 14 |
| 1.1.1 <i>Campesinato e sociedade</i> | 16 |
| 1.2 Território e territorialidade camponesa | 19 |
| 1.3 A política e o campesinato..... | 22 |
| 2 CAMPESINATO NA COMUNIDADE SERRA DA MANDIOCA | 26 |
| 2.1 Aspectos gerais do povoado Serra da Mandioca | 26 |
| 2.2 A reprodução do campesinato na Serra da Mandioca | 34 |
| 2.2.1 <i>Identificação dos sujeitos entrevistados.....</i> | 35 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 49 |
| REFERÊNCIAS..... | 51 |
| APÊNDICES | 54 |
| APÊNDICE A – Questionário Entrevista de Campo..... | 54 |

INTRODUÇÃO

Não é raro encontrar associações da agricultura brasileira associando-a às grandes propriedades rurais, tendo sido esse o objeto de estudo em diversas áreas, desde a área social perpassando à área econômica. Assim, a associação do campesinato à agricultura familiar passa a ser empregada de forma equivocada, relegando o sentido de classe social que o campesinato tradicional possui. Wanderley (2014) atribui a equivocada comparação a uma amnésia social submetida à população desde as origens históricas do Brasil.

No Brasil, desde a década de 1970, o modelo de agricultura do país tem se desenvolvido e modificado em prol do aumento da produtividade gerando impactos na terra e no trabalho utilizado nos campos, assim como criando e recriando as paisagens geográficas no espaço e tempo. Um dos problemas associados a essas mudanças é a pressão exercida pelo modo de produção capitalista para a proletarianização camponesa em que os camponeses são mantidos devido às pressões do sistema capitalista de produção, fazendo com que os camponeses passem a mudar o comportamento devido à nova realidade rural. Assim, são engendradas novas formas de lutas pela sobrevivência do campesinato (MARQUES, 2008a).

Desse modo, com a intenção de entender as relações referentes ao campesinato é que surge esta pesquisa tendo como objetivo geral a análise do território e da territorialidade camponesa na Serra da Mandioca, uma comunidade localizada no município de Palmeira dos Índios/AL. Ainda, esta pesquisa possui como objetivos específicos: a) a realização da revisão bibliográfica acerca do campesinato e de sua recriação, enfatizando a particularidade do campesinato na Serra da Mandioca; b) a reflexão acerca da materialização da terra de trabalho camponês na Serra da Mandioca, enquanto contraposição à terra de negócio; e, c) a identificação das condições objetivas do regime de propriedade e da produção agrícola na Serra da Mandioca.

Ainda, como justificativa para a pesquisa utilizaremos como base a complexidade das relações encontradas no campo, pois o campesinato, em que pese a expansão do modo de produção capitalista, é contraditoriamente recriado por meio vários expedientes. Uma das motivações para a realização do estudo se deve ao fato que esta autora possui relação de proximidade com o local, objeto de estudo, ao estar parcialmente inserida na comunidade, há cerca de cinco anos, pois os sogros desta

pesquisadora são moradores da Serra da Mandioca e, devido aos vínculos familiares, a relação familiar, assim como com o restante da comunidade. O estreitamento dessa relação, decorrente do convívio cada vez mais frequente com a Serra da Mandioca, se intensificou nos últimos anos fomentando inquietações que, somente com as preocupações intensificadas com o estudo da Geografia, fizeram surgir indagações acerca do campesinato na localidade.

A pesquisa, de natureza básica, pois pretende reunir informações acerca da temática do campesinato a fim de aprimorar os estudos existentes na área, buscou a identificação dos aspectos relacionados à interação entre os sujeitos camponeses da Serra da Mandioca, sendo esses o foco da pesquisa. Quanto à abordagem da pesquisa, de acordo com a definição de Gil (2002), esta é considerada qualitativa, pois mensurou aspectos relacionados às práticas executadas pelos entrevistados em relação ao uso da terra como meio de obtenção de sustento para as famílias pesquisadas, assim como aspectos relacionados ao modo de vida do camponês.

Ainda, a pesquisa é classificada como pesquisa descritiva-analítica, pois teve como intenção a descrição das características encontradas e relacionadas durante o desenvolvimento do estudo, sendo que os dados foram obtidos a partir da aplicação de questionário elaborado, constante no Apêndice A deste trabalho (GIL, 2008).

A pesquisa foi realizada entre os meses de junho e agosto 2018, sendo o questionário aplicado durante o período, contudo, a fase de observação da pesquisa ocorreu desde a idealização do estudo nos primeiros meses do mesmo ano. Desse modo, o recorte temporal da pesquisa se atém ao ano de 2018, contudo alguns dos dados foram comparados com informações em plataformas eletrônicas do governo, por exemplo, na verificação de colheitas de variedades vegetais obtidas em anos anteriores.

Os dados e as informações de caráter primário apresentados, gerados a partir dos dados obtidos a partir da aplicação do questionário direcionado aos camponeses da Serra da Mandioca, onde os moradores relatam as características da localidade e os meios utilizados para o cultivo de suas plantações, foram transformadas em gráficos que se encontram no segundo capítulo no corpo deste trabalho.

O referencial teórico da pesquisa foi baseado, principalmente, nos estudos de Martins (1981), em suas obras *Os Camponeses e a Política no Brasil* e *Expropriação e Violência*; Moraes (2000) com *Bases da Formação Territorial do Brasil*; Marques

(2008a; 2008b), com os estudos das relações do camponês e o campesinato; e, Oliveira (2007), contribuindo com as discussões entre o campesinato e o modo de produção capitalista. Ainda, foram utilizados o aporte de Shanin (2005) com a discussão marxista acerca da definição e conceituação do camponês.

O estudo está dividido em dois capítulos, no qual o Capítulo 1, **O Campesinato Brasileiro**, trata da identificação das características sociais e históricas do campesinato brasileiro buscando a definição do campesinato para a atualidade e analisando as relações entre o camponês e o território e a territorialidade camponesa. Na segunda parte, no Capítulo 2, **O Campesinato na Comunidade Serra da Mandioca**, foram traçados os elementos encontrados no local, objeto de estudo, a Serra da Mandioca, onde são discriminados os resultados encontrados na pesquisa, comparando-os com o referencial teórico estudado para a elaboração deste trabalho.

Esta pesquisa intenta contribuir com o aprofundamento da temática da territorialidade camponesa a fim de contribuir para os estudos da Geografia, enquanto uma Ciência Social.

1 O CAMPESINATO BRASILEIRO

A noção de campesinato, por vezes, pode ser confundida com aspectos relacionados à economia rural quando se atrela à comparação com a agricultura de pequeno porte e familiar. Entretanto, o campesinato, assim como a importância que a classe possui, está acima das considerações primárias vertentes do capitalismo. O campesinato, como classe social, consiste em um modo de vida singular de uma parcela da população e necessita de aprofundamento das análises a fim de dar conta de sua complexidade. Portanto, o campesinato possui um significado próprio obtido a partir de sua análise.

Com base nessas considerações, este capítulo realiza uma revisão teórica do conceito de campesinato e a inserção desse sujeito na sociedade. Ainda serão abordados os conceitos de território e territorialidade camponesa. Ainda, serão vistos os conceitos de território e territorialidade que agregam maior significado para essa luta de classe que existe no campesinato.

1.1 Campesinato

De acordo com Marques (2008a) o campesinato não está alheio às alterações ocorridas na própria sociedade em que ele está inserido. Nesse sentido, o campesinato é uma classe social que possui um modo de vida singular.

Assim, a definição de campesinato pode ser encontrada quando:

Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições (MARQUES, 2008b, p. 58).

As mudanças decorrentes do desenvolvimento do capitalismo modificaram as relações mais simples que existiam há muito tempo, ainda no regime do feudalismo. O crescente movimento econômico, assim como o aumento da população passa a requerer mais eficientes meios de produção de insumos para o consumo da

população. Desse modo, a exploração de áreas naturais não supõe mais ser aproveitadas de modo suficiente a atender toda a população que vive em grandes centros urbanos, inclusive pela demanda de cereais cada vez maior (OLIVEIRA, 2007).

As relações econômicas do campesinato se desenvolveram, assim como as demais relações da sociedade com o decorrer do tempo, entretanto, essas mudanças não ocorreram de forma natural. Grande parte da responsabilidade para as mudanças terem acontecido, se deve ao efeito que o capitalismo incutiu no espaço agrário.

De acordo com Oliveira (2007), o campesinato se refere a um modo de vida e que possui características econômicas às quais dizem respeito apenas a esse meio. Contudo, o campesinato sujeita-se às imposições impostas pelo capitalismo que tenta aplacar as relações de comércio e trabalho que os camponeses possuem inerentes ao processo de expansão do próprio capitalismo, pois a relação do camponês e o trabalho não deve ser dissociados. Assim,

O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações (OLIVEIRA, 2007, p.11).

As modificações encontradas na sociedade são mais evidentes a partir dos séculos XX e XXI devido à massiva atuação do capitalismo, pois as comunidades camponesas demonstraram a capacidade de se adaptar às novas condições existentes por meio da combinação das atividades de camponeses, comumente ligadas à produção agrícola, e as atividades dos denominados não-camponeses, envolvendo a prática de atividades mais urbanas. Desse modo, os camponeses demonstraram uma capacidade de se recriar, num movimento contraditório no seio do desenvolvimento do capitalismo no campo. Uma das maneiras encontradas é a combinação do trabalho familiar na terra com o trabalho acessório.

Shanin (2005) afirma que, na busca da conceituação do camponês, o conceito não existe. Assim, o autor coloca que o termo “camponês” tem sido utilizado com o sentido mistificado e que não condiz com a classe social, desse modo, a utilização da palavra camponês, de forma despropositada, tenta anular o entendimento de como a classe social é, de fato.

No Brasil, as relações de trabalho inerentes ao campesinato são consideradas supérfluas, pois assegura-se que o trabalho do camponês está ligado apenas para a sobrevivência dos camponeses, entretanto a verdade se apresenta de maneira diferente, uma vez que, no meio onde o campesinato reside, existem formas de negociação das mercadorias produzidas, as quais, muitas vezes, são excedentes de produção. A dificuldade em entender as relações de trabalho aumenta, principalmente a partir da década de 1970, em virtude do processo de globalização e mudança da situação econômico-social no mundo, quando a produção agrícola, de forma industrial, é aumentada devido à demanda crescente da indústria. Essa situação passa a agravar-se, ainda mais, em meados da década de 1980, em face ao aumento do desenvolvimento agrícola, e a complexidade da problemática que envolve a realidade agrária com o surgimento de movimentos sociais relacionados ao meio onde o camponês vive (MARQUES, 2008a; 2008b).

Essa tendência referente às relações referentes ao campesinato se torna evidente, pois é percebido que:

Na América Latina, a reprodução social do campesinato nunca esteve em situação tão crítica. Muitos camponeses são mantidos num estado permanente de semi ou sub-proletarização, em condições de trabalho extremamente precárias, seja no campo ou na cidade. O trabalho temporário no corte da cana no Brasil é um exemplo dessa situação. Isto ocorre seja porque o recurso ao trabalho assalariado é o que permite ao camponês manter a posse da terra, seja porque é a alternativa encontrada para a obtenção da renda necessária para o seu sustento (MARQUES, 2008a, p. 56).

Ainda, a definição do camponês comumente é associada aos modelos econômicos vinculados a noção de campesinato, tal como se o camponês fosse consequência do trabalho autônomo, a agricultura familiar, para a própria sobrevivência, o que pode ser entendido como trabalho de subsistência, e não como um modo de vida associado ao trabalho no campo. Parte dessa mistificação se deve às relações opressoras do capitalismo que visa a produção em grande escala, inclusive de produtos agrários (MARQUES, 2008b).

1.1.1 Campesinato e sociedade

O campesinato existe há muito tempo, entretanto sua notoriedade é ressaltada a partir da transição do feudalismo para o capitalismo. Durante o modo de produção feudal, as relações de trabalho entre os camponeses eram mais simplificadas, não possuindo a propriedade da terra e estando subordinados aos senhores feudais (proprietários fundiários). Entanto, com o surgimento do capitalismo e a necessidade crescente de produção industrial para o acúmulo de mercadorias, o campesinato passa a ser pressionado quando a terra se converte em mercadoria.

Karl Marx (1985) fala em como o sistema capitalista agiu com atrocidade com a massa popular, sendo empregada violência para a expropriação do povo às terras que possuíam. Esse movimento de transição do feudalismo para o capitalismo feudalismo se deu por toda a Europa, ainda que com diferenças, e carrega vicissitudes que implicaram no pauperismo de uma população. Desse modo, a sociedade europeia modifica-se de modo a diminuir massivamente a camada social do campesinato em prol da apropriação da terra para a reprodução do capital.

Em alguns casos, os camponeses foram expulsos de suas terras, em outros passa-se a empregar os camponeses para formar a força de trabalho que tornarão os campos úteis. Assim, os proprietários das terras passaram a empregar os camponeses e, como expressa Marx, sob salários ínfimos que, em meados das décadas de 60 e 80 do século XVII, “bastava apenas para as necessidades absolutamente indispensáveis” (MARX, 1985, p. 844).

Contudo, assim como alerta José de Souza Martins:

Essa ilusão não o impede que o trabalhador descubra a verdade da essência da sua relação com o capital, mas dificulta essa descoberta. Por isso é que se diz que a relação entre o trabalhador assalariado e o capitalista é uma relação alienadora [...] (MARTINS, 1981, p. 156).

Ainda, o autor, Martins (1981), explica que o trabalhador, ao entregar sua força de trabalho aos capitalistas, também, entrega a capacidade de produção que é inerente ao seu trabalho. Essa troca se dá de maneira desigual, pois não se trata de uma forma justa de troca de trabalho por salário fazendo crescer o capital daqueles que contratam a mão-de-obra assalariada. Afinal, o capitalismo se utiliza desse mecanismo de exploração para se expandir.

Karl Marx, em sua obra *O Capital* (1985), explica as motivações que o sistema capitalista utiliza como forma de justificativa para estabelecer as relações de

subjugação da classe trabalhadora e que resultam na acumulação do capital. Desse modo,

A expropriação e a expulsão de uma parte da população rural libera trabalhadores, seus meios de subsistência e seus meios de trabalho, em benefício do capitalista industrial; além disso, cria o mercado interno. Na realidade, os acontecimentos que transformam os pequenos lavradores em assalariados e seus meios de subsistência e meios de trabalho em elementos materiais do capital, criam ao mesmo tempo para este o mercado interno (MARX, 1985, p. 865).

Desse modo, a expropriação das terras obriga os camponeses a se dispersarem que, para continuar no meio rural, precisam se sujeitar a trabalhar para grandes proprietários ou se deslocar para outros locais e se tornar mão-de-obra para outros setores da produção industrial. Esse movimento causa a dizimação da indústria rural, a relacionada ao mercado interno no campesinato, além da separação entre a manufatura e a agricultura.

É decorrente do passado doloroso de exploração a que o proletariado se encontra cativo nas relações existentes entre os camponeses e os grandes proprietários de terras que se fundamenta as discrepâncias nas relações entre o campesinato e o capitalismo. Essa cruel realidade tem sido exposta por diversos autores, contudo a sobrevivência do camponês advém da capacidade de reprodução de seu modo de vida e que nos traz ao presente, contido sem esquecer o percurso efetuado.

Na atualidade, as alterações por que passou a economia foram a partir da década de 1970 modificou a configuração da realidade agrária no Brasil. E foram a partir dessas mudanças que a sociedade que vive no campo passou a ser organizada de acordo com essa nova realidade, entretanto, o campesinato no Brasil possui uma característica arraigada ao desenvolvimento social do campo revelando sua própria realidade (MARQUES, 2008b).

De acordo com Oliveira (2007), a expansão do capitalismo no campo é desigual e contraditória. Então esse modo de produção ao se expandir ele se territorializa, mas, contraditoriamente, ele se pode monopolizar o território do campesinato.

Assim, dá-se a entender que o campesinato está por se diluir devido à pressão do capitalismo. Contudo, Oliveira (2007) e Marques (2008b) afirmam que o campesinato está se recriando e explorando suas possibilidades ao estabelecer conexões com o mercado de trabalho externo, assim configurando como o trabalho

acessório. Ainda, o camponês tem a possibilidade de produzir e comercializar sua produção, desse modo conseguindo sobreviver e não se afastar de seu meio. É sob essa perspectiva contraditória que o campesinato reside e continua, ou seja, se recria.

1.2 Território e territorialidade camponesa

Devido às tensões capitalistas, a apropriação do espaço para a produção se torna uma necessidade cada vez mais premente em nossa sociedade, onde a riqueza e a mais valia estão associadas à pressão de grandes proprietários de terras em detrimento do proletariado, assim como dos camponeses. Nesse sentido baseia-se no princípio que os camponeses são comparados, grosseiramente, como sendo operários, do tipo que trabalham nos centros urbanos. Desse modo, o campo pode ser comparado como uma indústria, afinal produz com a mesma escala de importância que centros fabris. Entretanto, essa visão é baseada na proposição de que os camponeses são “operários indiretos” porque trabalhariam para o capital, o qual o conceito está baseado na alienação do trabalho (PAULINO, 2008).

As análises de definição do território podem ser diferentes de modo que a abordagem tomada é que dará significação ao termo, assim, a definição territorial parte, também, de dimensionamento econômico e social. Assim sabendo, o território pode ser definido de acordo com a dimensão de órgãos governamentais, enfim, o conceito de território fica sujeito as relações de poder impostas nas relações de poder político associados à divisão do espaço territorial. Ainda, o território assume outros sentidos ao analisar as referidas dimensões, aplicadas, também, ao espaço (FERNANDES, 2008).

A definição de território, normalmente é associada às delimitações governamentais, entretanto nem sempre é o que acontece, promovendo, assim, uma certa indefinição de suas fronteiras, aquelas que não são visíveis. Isso não significa que os recortes do território deixem de possuir a rigidez de que são associados, entretanto, em relação à disputa de classes concernente ao capitalismo, o território demonstra certa dinamicidade em sua demarcação (PAULINO, 2008).

A definição de território ganha significado a partir do processo que surge do discurso genérico de limitação espacial, onde este é associado aos limites políticos associados à delimitação espacial, além de social. Ainda, é preciso acrescentar o

processo de envolvimento das representações sociais e consciência da participação da sociedade no território. Assim, de acordo com Moraes:

A formação de um território tem sempre em sua gênese um processo de expansão de uma sociedade. A formação territorial pode mesmo ser definida como movimento de um grupo social que se expande no espaço e, nesse ato, passa a controlar porções do planeta que são integradas ao seu território. (MORAES, 2000, p. 50).

Ainda de acordo com Moraes (2001), a categorização de território necessita da interpretação histórica da ocupação espacial, pois ele possui características inerentes, inclusive, à sua significação bélica. No caso brasileiro, o território começa a adquirir sentido a partir da colonização portuguesa que levou à invasão das terras dos povos originários. Nesse sentido, o território possui qualidades advindas da participação da sociedade na ocupação do espaço, assim, é necessária a interferência humana para dar sentido e vazão ao território.

A territorialização brasileira ocorreu de forma sangrenta e sob o discurso da dominação dos portugueses sobre os índios que habitavam as terras. A ocupação do território e a formação das sociedades brasileiras trata-se da afirmação do poder do império que no Brasil se instalou, trazendo consigo as peculiaridades existentes na Europa (MORAES, 2000).

A luta pelo território no Brasil se deu de maneira violenta. É desse modo que Dias de Jesus (2011) define o processo sanguinário imposto pela ocupação territorial do Brasil quando afirma que:

A história do Brasil é marcada pela violência. O espaço agrário, durante toda a história do país, foi e continua sendo, palco de violentos conflitos por terra e liberdade. Muitas vidas de camponeses, líderes sindicais, índios, religiosos foram ceifadas ao se oporem ao território do latifúndio reinante no Brasil (DIAS DE JESUS, 2011, p. 02).

Ainda de acordo com o autor, essa realidade se estende aos dias atuais, nos quais a desigualdade e as injustiças permeiam a extensão do território brasileiro.

A esse respeito, Alfredo (2001) corrobora que a expansão do território brasileiro se deu pela extensão do domínio imperial quando afirma que:

A expansão das relações mundializadas realizam-se no Brasil, portanto, como um processo de dominação do solo, num momento que o sistema colonial oriental encontra-se em crise. Sendo assim, a constituição da colônia

brasileira estabelece-se como um processo de afirmação territorial portuguesa (ALFREDO, 2001, p. 155).

Concomitantemente com a formação do território brasileiro, a formação do campesinato tem início no período colonial, quando da decisão de Portugal de trazer os portugueses para tomar de conta das terras brasileiras, assim iniciando o campesinato nordestino, ainda na época da colonização. A decisão do governo de Portugal em trazer agricultores que dominassem a terra pelo cultivo iniciou o processo de criação da identidade camponesa no Brasil (MEDEIROS, 2006).

Fabrini (2008) destaca que as relações capitalistas ocorridas no campo se deram de maneira desigual, levando os camponeses a passarem por diversas lutas para se afirmarem. Assim, o processo de territorialização camponesa permitiu a criação, e recriação, das relações contrárias ao capitalismo, evidenciada pela necessidade de estabelecimento de um lugar na sociedade brasileira.

Moreira e Targino (2007) falam que a ocupação do espaço geográfico, como também do espaço agrário, é feita de maneira dinâmica e, portanto, possui o histórico da ação humana sobre a natureza e a partir das relações estabelecidas as quais geram o produto da ação humana. Ainda de acordo com os autores, a questão do território tem tomado bastante espaço nas discussões da atualidade resultando numa multiplicidade de enfoques sobre a temática que engloba, a nível mundial, as discussões economias, políticas e sociais.

Acerca da territorialidade camponesa, Nogueira (2010) define que a territorialidade é o processo inerente da participação da sociedade que constrói em seu espaço de vida pela identificação comum com seus antepassados inserindo suas impressões no meio em que vivem. Desse modo, a territorialidade passa pelo processo de territorialização, que se refere ao modo de vida de uma sociedade relacionada a divisão fundiária e o estabelecimento de normas do Estado, assim como as características culturais de uma comunidade ou dos povos.

A territorialidade possui o sentimento de pertencimento que une a significação do sujeito enquanto pertencente a uma sociedade e a história de seu povo. Sob essa perspectiva, a visão de Fabrini afirma que:

Observa-se que embora a sociedade não possa existir sem territorialidade, pode haver uma territorialização precária dos sujeitos. Neste caso, o sujeito ou grupo social possui precário domínio sobre o espaço. Exemplo de territorialização precária são os brasiguaios, pois estão em constante

mobilidade na busca do território na fronteira do Brasil com o Paraguai (FABRINI, 2008, p. 98).

Dias de Jesus (2011) ressalta que é a necessidade de famílias camponesas de produzir e viver que traz o sentido da territorialidade camponesa, levando-a a continuar seu modo de vida e, enquanto classe social, continuar a existir na sociedade da atualidade. A territorialidade camponesa é traduzida pela vontade de perpetuação do modo de vida de uma sociedade que persiste a base de muitas lutas travadas ao longo dos séculos e que buscam em associações a força para lutarem em conjunto pelos direitos dos camponeses.

Assim, o território passa a ser compreendido sob a ótica da territorialidade, onde a propriedade possui significação projetada que justifica o sentido econômico do uso do território, afinal,

A intencionalidade compreendida como propriedade do pensamento e da ideologia em que o sujeito delibera, planeja, projeta, dirige e propõe a significação e, por conseguinte, a interpretação, se realiza através das relações sociais no processo de produção do espaço e na compreensão desse processo. Deliberar, planejar, projetar, dirigir, propor, significar, interpretar são verbos que explicitam ação e poder. O poder de significar e interpretar expressa a intenção, a pretensão do sujeito (FERNANDES, 2008, p. 277).

Desse modo, o território camponês agrega mais que a superficialidade da produção agrícola para fins comerciais, pois o modo de vida presente no campesinato reúne a significação e valores sociais, culturais e econômicos e que variam para cada território de acordo com as características regionais. Contudo, a essência da territorialidade do campesinato é a mesma e representa o sentimento de pertencimento que o sujeito possui com o território, atribuindo a significação cultural e ancestral de sua vida ao local onde se estabeleceu.

Ainda mais, a territorialidade camponesa reúne todas as características de definição da territorialidade, de modo geral, agregando-se o sentido de vida de uma classe social inteira e que carrega em seu cerne o histórico de lutas e confrontos desiguais com o modo de produção capitalista que absorve suas forças, levando o camponês a lutar, além da terra, mas pelo direito de se reproduzir enquanto ser social.

1.3A política e o campesinato

As palavras que definem o campesinato e os sujeitos que habitam e vivem desse modo são recentes no vocabulário no Brasil, pois esses conceitos eram associados à depreciação da imagem do homem camponês como o sujeito caipira, embora a terminologia da palavra por si só agregue mais que uma simples caracterização do homem que vive das atividades do campo (MARTINS, 1981).

Pensado na evolução histórica do campesinato, ainda remontando o período colonial, o uso da propriedade fundiária no final do século XIX e início do século XX é associada ao coronelismo presente no Brasil, onde os latifundiários, conhecidos como coronéis, detêm o controle dos estabelecimentos rurais, enquanto os que trabalham na terra não possuem o poder do campo que cultivam. Em diversos momentos da história nacional, é possível reconhecer os resquícios de tratamento escravocrata nas relações comerciais que estão envolvidas no uso do território entre os coronéis e os lavradores (SANTOS e SILVEIRA, 2006; MARTINS, 1981).

Martins (1980) explica que a questão política no campo é expressa pela árdua luta, muitas vezes sangrenta, em busca de reforma na estrutura fundiária. Para o autor, é na reforma agrária que é possível encontrar as condições ideais para a vivência no campo, assim estabelecendo as condições de igualdade entre os grandes e pequenos produtores rurais, inclusive para aqueles que produzem para subsistência, seja pelo consumo ou pelo comércio de parte da produção agrícola.

Contudo os conflitos que existiram, e ainda persistem em existir, sobre a propriedade de estabelecimentos rurais emerge a preocupação acerca da expropriação de terras entendida como:

O acirramento dos conflitos ultimamente não é um fato de ordem econômica, é um fato de ordem política. Nos últimos anos, a rapidez da expulsão foi tão grande que numa mesma geração há pessoas que foram expulsas umas dez vezes da terra e resolveram não sair mais (MARTINS, 1980, p. 31).

De acordo com Martins (1980), esses conflitos pela propriedade de terras não pertencem mais, somente, a ordem econômica. Suas decisões estão centradas em decisões políticas que se encontram com os ideais do capitalismo. Desse modo, é possível entender que a reforma agrária está ligada aos ideais políticos, contudo esses ideais não estão alinhados com o interesse daqueles que compõem o campesinato.

Dessa maneira, a economia política centraliza o sentido da utilização do campo utilizando-se da monopolização do território para o crescimento do capitalismo em vias do aproveitamento do trabalho dos camponeses remunerando-os de maneira a não dar o devido valor para o trabalho empregado.

Os resultados decorrentes das ações embasadas no capitalismo, as quais foram tomando os territórios para a produção agrícola acarretariam, ainda mais, em desigualdades sociais se consideradas as questões relativas ao campesinato. Paulino (2008) descreve que essa relação como sendo uma complexa disputa pela dominação do território onde se encontraria inserido o campesinato. Ainda, Paulino, externa a preocupação, além de não concordar com a tese de Kautsky, que esse movimento de apropriação do território agrário acabaria, também, com o campesinato, quando afirma que:

Já a sentença do desaparecimento do campesinato, por Kautsky, baseou-se na premissa da inferioridade intelectual desta classe, elegendo a suposta dificuldade de familiarizar-se com novos conhecimentos o principal entrave à melhoria das técnicas de manejo e mecanização agrícola (PAULINO, 2008, p. 218).

Como fruto dessa afirmação de Kautsky, repudiada por Paulino, o campesinato deixaria de existir, pois o homem camponês não apresentaria condições para lutar contra o movimento do capitalismo que busca monopolizar os territórios.

A monopolização da terra leva o assunto para a discussão entre o que é a terra de negócio e a terra de trabalho defendido por Martins (1980). De acordo com o autor, a expropriação de posseiros de terras, muitas vezes advindas de incentivos políticos em prol de grandes produtores rurais, sejam voltados para lavoura como para a agropecuária, revela a distorção do que se estende acerca das condições políticas apresentadas no Brasil.

A história apresenta os fatos que nortearam as discussões políticas acerca da posse de terras pelos latifundiários e pequenos produtores. É preciso ressaltar que o governo ofereceu, e ainda oferece, incentivos para os grandes produtores.

É preciso não esquecer que a política de incentivos fiscais, não só na Amazônia, mas também em outros projetos oficiais, como é o caso do reflorestamento, desvia dinheiro público para o uso privado. [...] Essa orientação oficial tem constituído o principal atrativo para a entrada da grande empresa capitalista no campo (MARTINS, 1980, p. 49).

Desse modo, o uso da terra passa ter o sentido de negócio, pois o desvio de recursos retira, inclusive, a oportunidade de se sanar problemas em outros setores. E, ainda, o uso da terra destinada ao melhoramento das condições ambientais passa a ser degradado ainda mais em vista a exploração capitalista.

É sob a perspectiva do negócio que a terra agrega o preço de terra de negócio, de acordo com a capacidade produtiva, contudo esse tipo de produção não beneficia o camponês, pois concentra a propriedade da terra para a produção de uma cultura em larga escala, a monocultura. Diferentemente da terra de negócio, a terra de trabalho é onde o camponês consegue executar seu trabalho e, de acordo com ele, conseguir retirar seu sustento e de sua família (MARTINS, 1981).

Assim, a terra de trabalho possui um valor de uso associado à necessidade do camponês para a sua sobrevivência, seja possuidor da terra onde trabalha, ou se é da terra de outros camponeses que retira seu sustento, por meio de relações de trabalho não capitalistas no campo. Ademais, o papel da política na definição de igualdade nas relações do campesinato é de suma importância, contudo não é esse quadro o apresentado pela história e, para aqueles que necessitam da terra para sua sobrevivência e não detém a posse de suas propriedades, o quadro de desigualdade se agrava ainda mais.

2 CAMPESINATO NA COMUNIDADE SERRA DA MANDIOCA

O presente capítulo tem como finalidade precípua analisar a maneira como os moradores da Serra da Mandioca produzem os alimentos agrícolas. Ainda, serão analisadas as relações estabelecidas dentro do campesinato na Serra da Mandioca.

2.1 Aspectos gerais do povoado Serra da Mandioca

O povoado Serra da Mandioca fica localizado em uma área a 12 quilômetros do Município de Palmeira dos Índios, situado na Mesorregião Agreste do estado de Alagoas. A história do município de Palmeira dos Índios está atrelada ao desenrolar das atividades da Igreja Católica no estado de Alagoas, assim como do Brasil, pois foi através da chegada de Frei Domingos de São José, que os índios Xukuru-Kariri¹, os quais viviam na região, foram catequizados e evangelizados. Dessa forma, na localidade onde viviam os índios, a ocupação dada pelos não índios ocorreu da forma como é apresentada em diversos relatos históricos, onde a ocupação se dá pela tomada à força das terras dos nativos. Vale ressaltar que as terras, onde atualmente se encontra delimitado o município de Palmeira dos Índios, foram “doadas”² por Maria Pereira Gonçalves, outrora grande latifundiária da região e católica. Ainda hoje a cidade mantém suas peculiaridades com os quilombolas, as aldeias e os não índios, permanecendo com seu imenso legado histórico, cultural e religioso (MARTINS, 1994; ALAGOAS, 2018; IBGE, 2018).

A comunidade da Serra da Mandioca possui uma localização privilegiada, pois se encontra localizada entre os municípios de Palmeira dos Índios e de Quebrangulo, fato que favorece para que o povoado seja bastante visitado e para que o número de familiares residentes na comunidade seja expressivo, pois atualmente cerca de 130

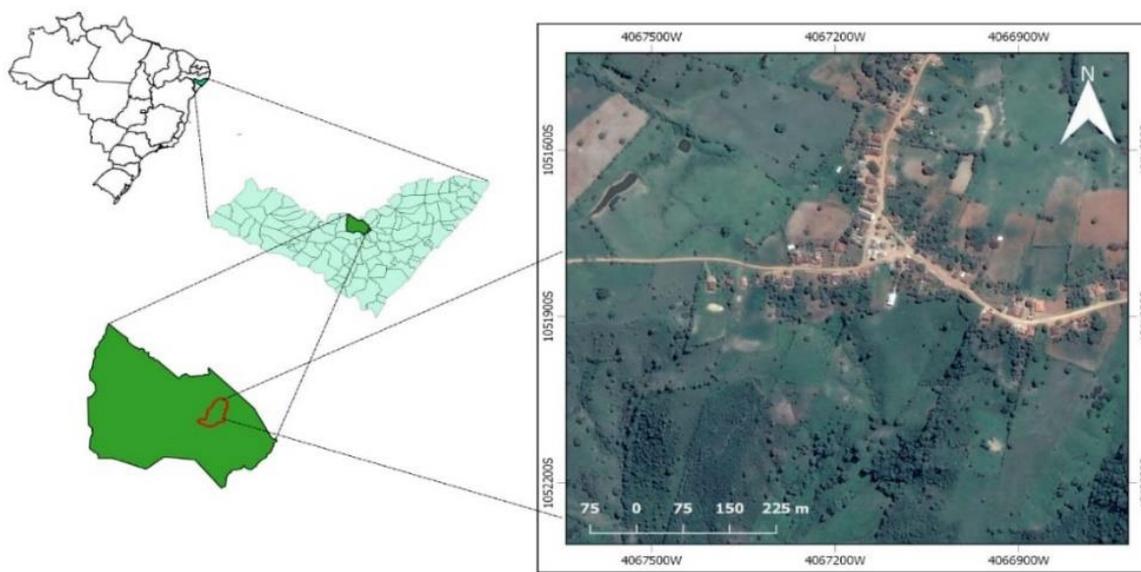
¹ A presença de vida indígena na região da localidade de Palmeira dos Índios é histórica, a qual dá significado ao nome do município. Entretanto, seu desenvolvimento histórico é carregado de conflitos e disputas, inclusive por território. Durante a segunda metade do Século 20 ocorreram variados conflitos entre os índios e a população não índia, assim como entre as próprias aldeias indígenas. Em Palmeira dos Índios, no decorrer do final da década de 1980, esses eventos ganharam destaque, inclusive, nas mídias televisivas do estado alagoano (MARTINS, 1994).

² Note-se que, apesar das terras terem sido doadas por Maria Pereira Gonçalves para a criação do município de Palmeira dos Índios, não existe muito tempo que separa as realidades de apropriação do território, provavelmente pelo uso da força, e que expropriou os verdadeiros donos da terra, os índios nativos da região e que retiravam da terra os meios de sobrevivência de seu povo, os Xukuru-Kariri.

(cento e trinta) famílias habitam a comunidade, contabilizando 800 (oitocentos) moradores, aproximadamente, vivendo na localidade.

A localização do Alto da Serra da Mandioca está exposta na Figura 1, que se segue, do município de Palmeira dos Índios-AL.

Figura 1 - Localização da Serra da Mandioca em Palmeira dos Índios-AL



Legenda

□ Brasil □ Alagoas □ Palmeira dos Índios □ Serra da Mandioca

Sistema de Coordenadas UTM
Datum: WGS 1984 Zona 24 Sul
Fonte: ZAAL (2013) / Google Earth (2018)
Adaptado por: SANTOS, J. P. A. (2018).

Fonte: Adaptado de Santos (2018).

A vila de Palmeira dos Índios foi criada em 1835, com a Resolução Nº 10, de 10 de abril, sendo elevada à condição de cidade em 1889, com a Lei Nº 1.113. A Microrregião de Palmeira dos Índios tem como limite as cidades alagoanas de: Estrela de Alagoas; de Igaci; de Belém; a cidade de Mar Vermelho; de Paulo Jacinto; e, Quebrangulo. Na divisa com o estado de Pernambuco, tem como limite a cidade de Bom Conselho. Palmeira dos Índios fica a cerca de 140 quilômetros da capital alagoana, a cidade de Maceió. O município está localizado a uma altitude de 290 metros acima do nível do mar (ALAGOAS, 2018).

Palmeira dos Índios possui 450,957 km² de área territorial e abriga uma população estimada em 73.096 habitantes, desse modo, possui densidade demográfica de 155,44 hab/km², habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2018).

A mandioca é um alimento produzido tradicionalmente na Microrregião de Palmeira dos Índios, o responsável pela denominação do local de pesquisa deste

trabalho, a Serra da Mandioca. Na figura a seguir, a Figura 2, é possível visualizar a planta da mandioca.

Figura 2 - Planta que empresta o nome à localidade da serra: a Mandioca



Fonte: Pesquisa de Campo, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

Como característica da região, a cidade de Palmeira dos Índios possui uma economia com forte influência na agricultura e extrativismo vegetal. Dentre os produtos agrícolas, de lavouras permanentes, encontram-se as lavouras de açaí, banana, castanha-de-caju, coco-da-baía, goiaba, laranja, limão, mamão e manga (IBGE, 2017a). As lavouras de produção temporária, também, ganham destaque no município de Palmeira dos Índios, pois possuem a função, além de econômica, também de subsistência da população que vive na zona rural. Os produtos agrícolas que se destacam em produção são: a batata-doce, a fava, o feijão, o milho, e a mandioca (IBGE, 2017b).

Atualmente, é possível perceber que as áreas utilizadas para o cultivo de mandioca no município diminuíram. Essa afirmação pode ser confirmada com os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apresenta a série histórica de produção do município, apresentada na Figura 3.

Figura 3 - Área plantada de mandioca (ha) na cidade de Palmeira dos Índios (2004-2017)

Fonte: IBGE, 2017b.

Note-se a existência de um intervalo onde a produção não foi contabilizada no ano de 2006, porém não há registros ou indícios do motivo da não existência desse dado. Entretanto, sabe-se que é praticamente impossível não haver produção de mandioca na região no período datado, pois é um alimento com forte valor de uso e comercial para a região.

Assim, de acordo com os dados expostos pelo IBGE, é possível perceber que há uma diminuição considerável na plantação da mandioca na Serra da Mandioca, em virtude da cultura de outras espécies vegetais mais rentáveis economicamente para a região, assim como para provimento do quadro de alimentação da população residente na localidade, tais como lavouras de feijão e milho.

A seguir, na Figura 4, é possível visualizar uma das plantações de mandiocas da safra de 2018, encontradas durante a pesquisa de campo deste trabalho, e que persistem na localidade.

Figura 4 - Plantação de mandioca na Serra da Mandioca



Fonte: Pesquisa de Campo, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

Ainda, o município de Palmeira dos Índios possui destaque na produção da mandioca brava, a qual é destinada a produção de farinha de mandioca. Desse modo, na comunidade da Serra da Mandioca existem casas de produção de farinha de mandioca, para o uso da comunidade. Assim, existem duas casas de farinha em funcionamento no povoado, onde na época da colheita das raízes acontecem as chamadas farinhadas, correspondentes ao processo de colheita e preparo da mandioca para a fabricação de farinha.

As farinhadas contam com um processo que começa no arranque das raízes, transporte para a casa de farinha, em que antigamente era feito por carros de bois, carroças de burro e até caçuás; descasque, feito pelos moradores, normalmente são as mulheres que realizam este serviço; moagem; prensagem e outras etapas necessárias para que o produto fique pronto. A farinha obtida é armazenada em vasos de zinco, sendo responsável pelo complemento da alimentação dos moradores até a próxima colheita de uma nova plantação.

A Figura 5, a seguir, registra a Casa de Farinha Comunitária da Serra da Mandioca, onde é produzida a farinha a partir da lavoura obtida na produção agrícola local.

Figura 5 - Casa de Farinha Comunitária

Fonte: Pesquisa de Campo, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

Para o funcionamento da Casa de Farinha é preciso o uso de equipamentos necessários para a produção de farinha de mandioca. Dentre os equipamentos utilizados, o moinho é um dos mais importantes e que confere autonomia no processo de produção da farinha, ao agilizar o processo de extração da maniçoba.

A seguir, na Figura 6, é possível ver o moinho existente na Casa de farinha que, apesar de ser um equipamento já bastante usado, possui bom desempenho e auxilia os agricultores da localidade.

Figura 6 - Equipamento utilizado na produção de farinha: moinho

Fonte: Pesquisa de Campo, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

Outro equipamento indispensável é o forno rotativo, como pode ser visto na Figura 7, que é o responsável pela torra da farinha para tornar o alimento próprio para consumo humano, ou animal, devido à alta concentração de ácido cianídrico presente na mandioca-brava.

Figura 7 - Equipamento utilizado na produção de farinha: forno rotativo



Fonte: Pesquisa de Campo, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

Há, atualmente, um grande cultivo de milho e feijão na localidade. Esse cultivo é, também, voltado para a alimentação dos próprios moradores, ou seja, de subsistência. Ademais, não existe na Serra da Mandioca um banco de sementes crioulas, todavia, os camponeses preservam as mesmas em suas residências. Também, não há sistema de irrigação, as lavouras dependem da época de chuvas, que normalmente vão de março a agosto, considerando-se uma agricultura de sequeiro. Há também o cultivo de milho para a produção de ração para o gado. O pé de milho é cortado ainda maduro, moído por forrageira e armazenado em silos. Quando o verão chega e o pasto diminui, o silo é aberto e o gado passa a ser alimentado pela ração proveniente dos pés de milhos moídos.

Com o crescimento da área de lavouras de milho e feijão na localidade, é possível encontrar amplas áreas, inclusive para alimentação humana e na produção de ração animal, dentro limite da Serra da Mandioca.

Na Figura 8, abaixo, está registrada uma das lavouras de milho encontradas em agosto de 2018, na visita durante o estudo de campo.

Figura 8 - Plantação de milho na Serra da Mandioca



Fonte: Pesquisa de Campo, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

Como técnica comum para a produção de pequenos agricultores, muitas lavouras são agregadas por mais de uma variedade vegetal plantada, assim, é possível encontrar lavouras de milho e abóbora coexistindo nos campos da Serra da Mandioca, como pode ser constatada na Figura 9, a seguir.

Figura 9 - Plantação de milho e abóbora interligadas



Fonte: Pesquisa de Campo, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

De acordo com os relatos de moradores da Serra da Mandioca, o abastecimento de água do povoado até o ano de 2011, era feito através de açudes da localidade e em épocas de seca por caminhões pipas que abasteciam cisternas comunitárias. Muitas pessoas iam buscá-la com botijões e baldes, apoiando os mesmos nas costas, algumas mulheres equilibravam na cabeça o balde cheio. Quem possuía carro de bois ou carroça de burro, utilizava-se dos mesmos para ir buscar a água no açude. Os animais puxavam tonéis cheios. Atualmente existe água encanada, no entanto, muitos moradores ainda utilizam e até constroem cisternas, onde se armazena água da chuva no inverno, cujo objetivo é precaver-se durante os períodos de estiagem, pois já houve períodos em que, devido ao nível baixo da barragem que abastece toda a região, a água da zona rural foi cortada, restando apenas as cisternas e caminhões pipas para abastecimento.

Muitos dos pequenos produtores da comunidade produzem para o próprio consumo, mas há casos onde o excedente é comercializado. Existem relações de trabalho desenvolvidas entre a plantação e a colheita, onde alguns trabalhadores são contratados para trabalhar durante esse período e o pagamento é realizado por diária.

O arrendamento de terras é adotado por alguns camponeses que não possuem terras suficientes para a produção de alimentos. Nesse sentido, eles alugam terras em propriedades maiores para fazerem suas roças no período chuvoso, considerado favorável à plantação.

2.2A reprodução do campesinato na Serra da Mandioca

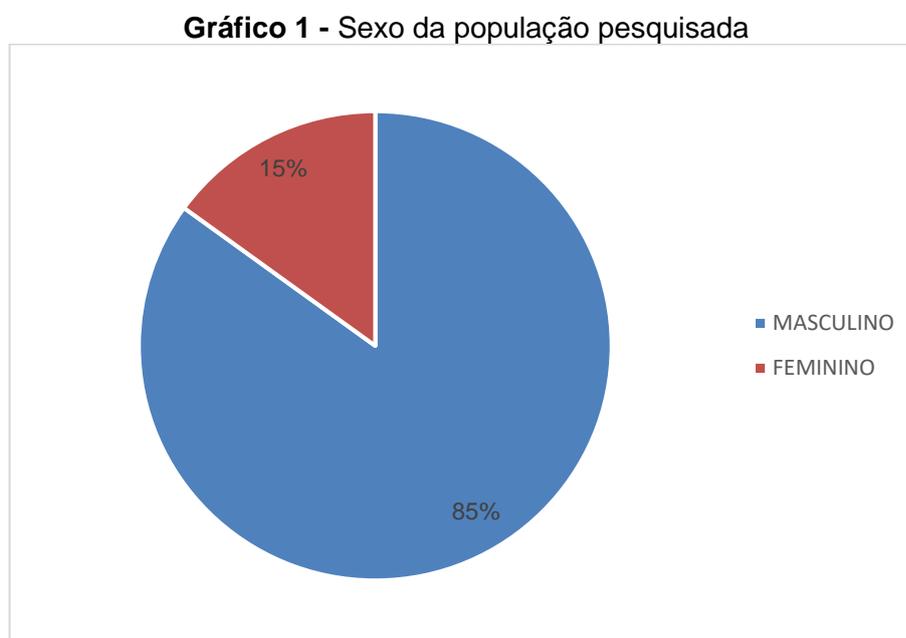
Atualmente, vivem na Serra da Mandioca cerca de 130 famílias, dentre elas várias possuem coligação familiar e residem na localidade há muito tempo. Neste cenário foi realizada a primeira parte da pesquisa de campo, ocorrida entre julho e agosto de 2018, com a aplicação do questionário destinado aos moradores da Serra da Mandioca. O instrumento de pesquisa foi elaborado de modo que possibilitasse a coleta de dados que contribuam para a explicação das condições que os camponeses da localidade da Serra da Mandioca se encontram, assim como dados referentes à produção agrícola deles.

Para esta parte da pesquisa de campo, foram aplicados 22 questionários junto aos moradores da localidade, por meio dos quais os dados obtidos foram tabulados e

tratados para resultarem nas informações que estão relacionadas a seguir. Para possibilitar maior entendimento das informações obtidas a partir dos dados coletados na pesquisa, estes foram dispostos em gráficos e, desse modo, o universo de pesquisa se torna mais compreensível a medida em que as informações podem ser comparadas ao analisar os gráficos.

2.2.1 Identificação dos sujeitos pesquisados

Os moradores da localidade da Serra da Mandioca foram entrevistados no mês de agosto de 2018, os quais foram identificados de acordo com cada questionário aplicado individualmente. Assim, dentre os entrevistados, a grande maioria é do sexo masculino, correspondendo à 85% da população pesquisada. Desse modo, 15% dos entrevistados são mulheres. Os dados obtidos apontam que a maioria dos produtores agrícolas da localidade são de homens, revelando uma tendência nesse modo de produção, a ser investigada ao longo deste trabalho. Os referidos dados estão dispostos no Gráfico 1, a seguir.

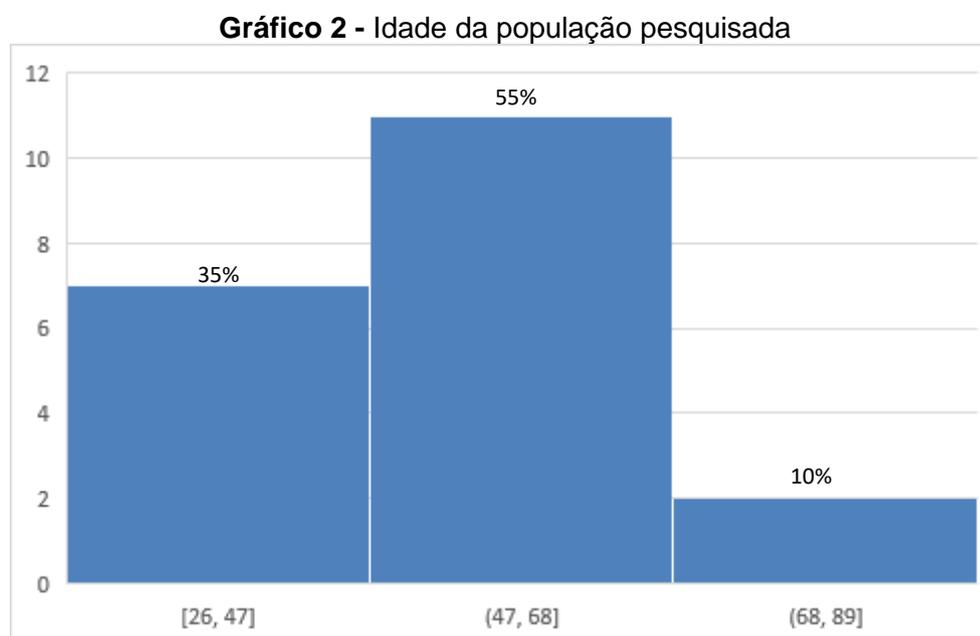


Fonte: Dados de Pesquisa, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

Em relação às idades dos entrevistados, todos os sujeitos pesquisados são maiores de idade, e escolhidos previamente devido à sua atuação com a lida na terra.

Assim, para facilitar o entendimento desses dados, foi escolhido o uso do gráfico de Pareto, onde as idades foram agrupadas e dispostas de acordo com o montante geral.

As informações estão dispostas no Gráfico 2, abaixo.

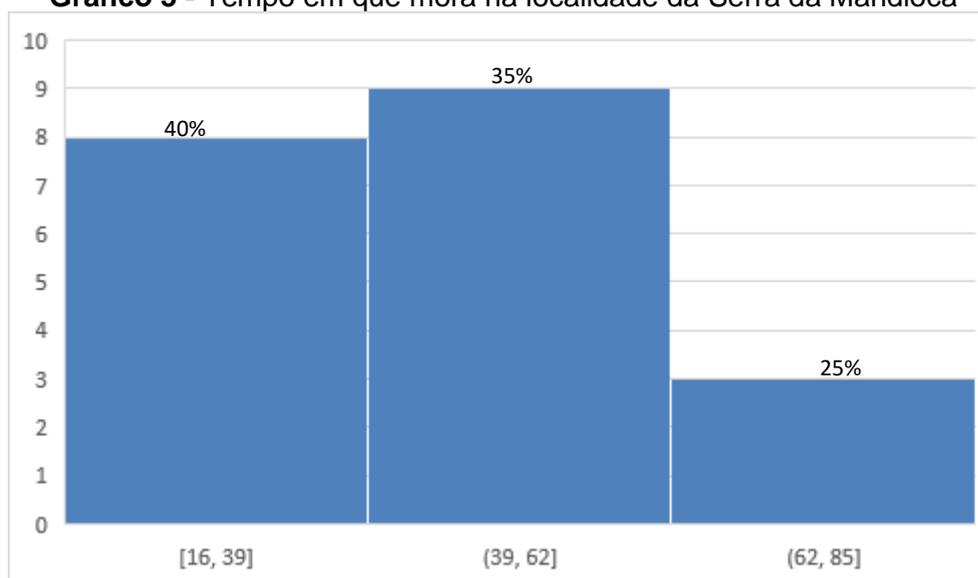


Fonte: Dados de Pesquisa, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

De acordo com as informações retiradas do Gráfico 2, 35% dos sujeitos estão compreendidos na faixa etária mais jovem da população pesquisada, com idades variando entre 26 e 47 anos de idade. A maioria, 55% possui idades variando entre 47 e 68 anos de idade, e, a minoria, com apenas 10%, com idades variando de 68 a 89 anos de idade. Portanto, a maioria dos entrevistados são jovens adultos e adultos que residem na localidade.

O gráfico mostra que a população idosa na comunidade não é maioria e que, desse modo, a maioria da população são de adultos, muitos chefes de família e que vivem ali com a próxima geração a ser responsável pelo cultivo da terra. Contudo, para determinar o tempo em que essas pessoas estão morando na comunidade, foi realizado um questionamento.

Assim, na sequência, os moradores foram perguntados acerca do tempo em que residem na Serra da Mandioca, onde as respostas variaram no intervalo abaixo apresentado no Gráfico 3:

Gráfico 3 - Tempo em que mora na localidade da Serra da Mandioca

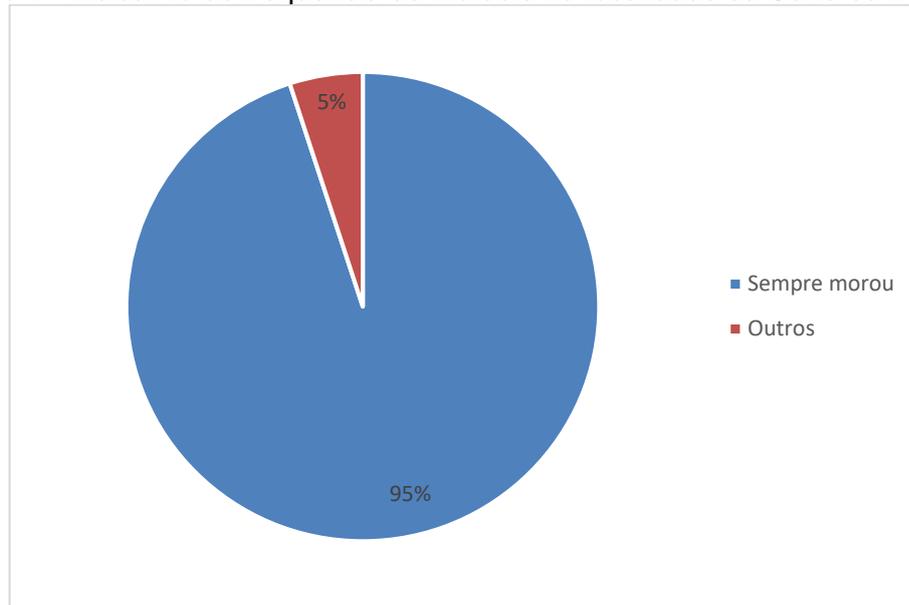
Fonte: Dados de Pesquisa, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

Desse modo, 40% dos entrevistados moram há mais de 16 anos na localidade. Em segundo lugar, 35% dos entrevistados responderam que moram há mais de 39 anos e 25% responderam que moram há mais de 62 anos no local. Esses dados revelam que os moradores da Serra da Mandioca estão estabelecidos no local há, pelo menos, duas gerações, de acordo com a maioria.

O grande valor de tempo encontrado nas respostas obtidas leva à informação de que os entrevistados possuem estreita ligação com a localidade, pois, ao confrontar as informações retiradas dos Gráficos 2 e 3, onde estão expressas as idades dos entrevistados, Gráfico 2, e o tempo em que residem na localidade da Serra da Mandioca, Gráfico 3, é visto que os valores obtidos se aproximam revelando que a maioria dos entrevistados sempre moraram na Serra da Mandioca.

O tempo em que pertencem à comunidade que faz emergir a noção de territorialidade com o espaço em que vivem. A maioria dos entrevistados moldaram suas vidas, e de suas famílias, na localidade e se identificam com a Serra da Mandioca, pois possuem a identidade com o campesinato.

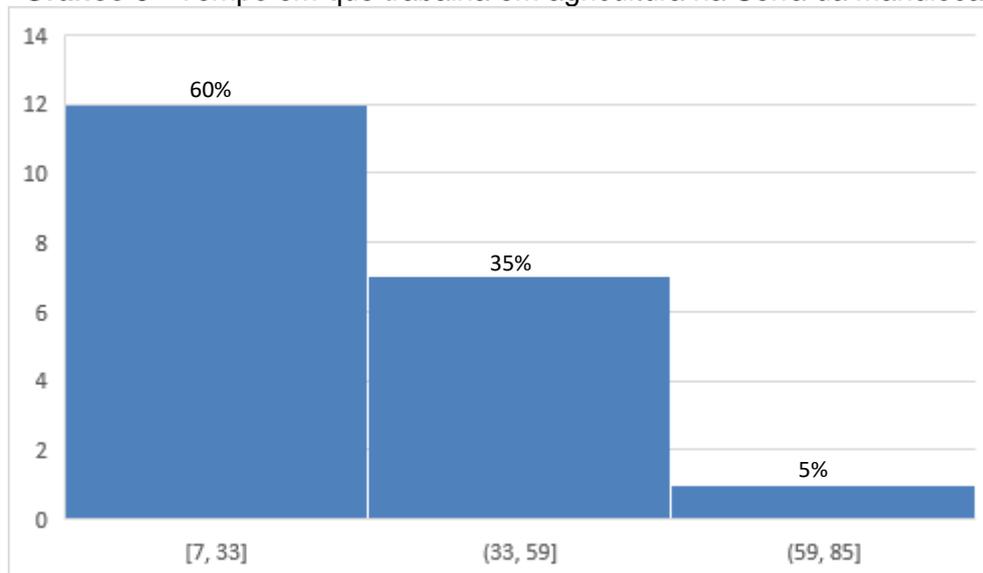
Para confirmação das informações obtidas com a análise dos dados dos Gráficos 2 e 3, o Gráfico 4, a seguir, apresenta que 95% dos entrevistados sempre moraram na localidade, ou seja, a grande maioria.

Gráfico 4 - Indicativo de frequência de moradia na localidade da Serra da Mandioca

Fonte: Dados de Pesquisa, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

Dos grupos familiares entrevistados, pôde-se constatar, por unanimidade, conforme o gráfico anterior, o Gráfico 3, que são todos moradores da localidade desde a infância, além disso, percebe-se que grande parte dos chefes de família têm idade superior a 50 anos, de acordo com o Gráfico 2.

Os entrevistados foram questionados acerca do tempo em que desenvolvem trabalho relacionado ao cultivo da terra na localidade da Serra da Mandioca. As respostas obtidas estão expressas no Gráfico 5, abaixo.

Gráfico 5 - Tempo em que trabalha em agricultura na Serra da Mandioca

Fonte: Dados de Pesquisa, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

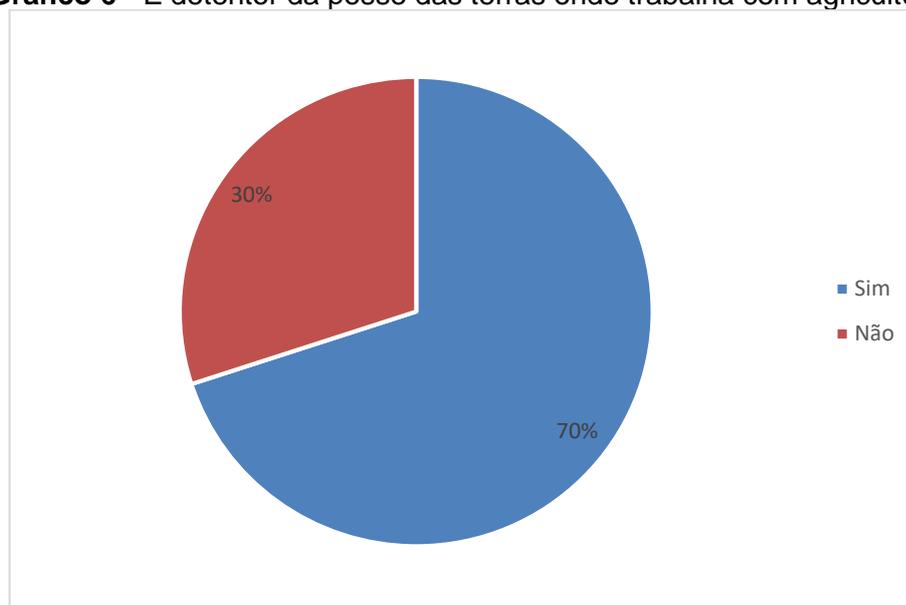
Da mesma forma que os dados expressos anteriormente, nos Gráficos 2 e 3, o Gráfico 5 apresenta uma similaridade em relação a aproximação das idades dos entrevistados, tendo em vista o tempo em que residem na localidade da Serra da Mandioca. Assim, foi obtido que 60% dos entrevistados trabalham com produção agrícola no intervalo de 7 a 33 anos; 35% está compreendido no intervalo de 33 a 59 anos; e, 5% dos entrevistados, trabalham a mais de 59 anos.

Assim, a terra é encarada por esses moradores como terra de trabalho que, na definição de Martins (1980), é aquela utilizada como meio para sua reprodução social. A terra para o campesinato não é sinônimo de valorização do capital, pois as relações de trabalho executadas ali não visam à obtenção de mais-valia, senão às condições para a reprodução social de seus integrantes. Desse modo, as relações de campesinato entre os moradores da comunidade e o espaço agrário são confirmadas pela observação que é da terra que as famílias entrevistadas retiram os meios de sobrevivência.

De acordo com os dados coletados durante a pesquisa, elucidados no Gráfico 5, verifica-se que a relação entre as idades em que se deu início ao trabalho no campo, a grande maioria dos entrevistados afirmaram trabalhar na terra desde os 07 (sete) anos de idade.

Ademais, quando questionados a respeito da propriedade da terra na qual trabalham, a maioria das pessoas afirmaram ter a propriedade. Assim, 70% dos entrevistados afirmam serem os donos da propriedade onde trabalham e 30% afirmam não serem os que têm propriedade da terra. Entretanto, 33% dos entrevistados que afirmaram não serem os donos dos estabelecimentos, elas pertencem a um familiar.

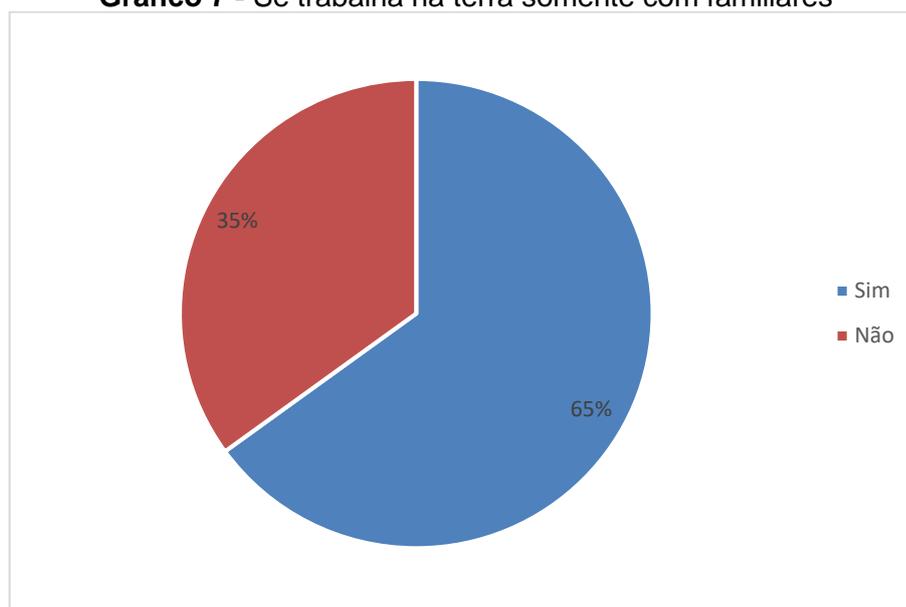
Os dados relacionados estão dispostos no Gráfico 6.

Gráfico 6 - É detentor da posse das terras onde trabalha com agricultura

Fonte: Dados de Pesquisa, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

Conforme desprende-se do Gráfico 6, a maioria dos entrevistados, ou seja, 70% são detentores da terra em que vivem e cultivam. Os demais, 30% dos entrevistados, afirmaram não serem detentores da terra, os quais trabalham em outras propriedades agrícolas na Serra da Mandioca no período do inverno, em razão do aumento da produção que ocorre nesta época do ano.

Continuando, os entrevistados foram questionados se o trabalho com a produção agrícola é compartilhado apenas com a família, ou se há a necessidade de contratação de mão de obra para complementar a força de trabalho. As respostas podem ser vistas no Gráfico 7, a seguir.

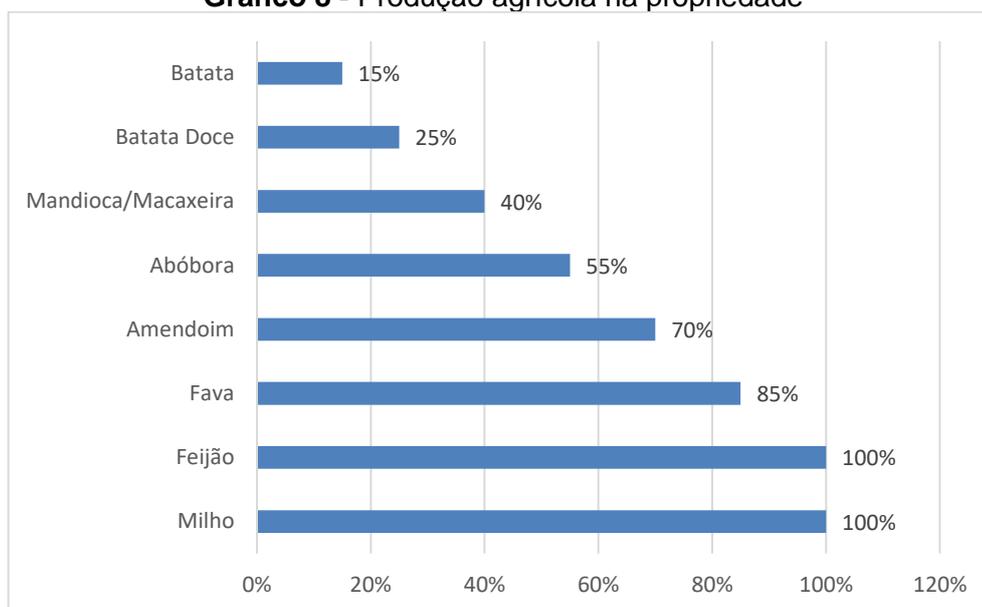
Gráfico 7 - Se trabalha na terra somente com familiares

Fonte: Dados de Pesquisa, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

Desse modo, a maioria, 65%, respondeu que trabalham somente os familiares na propriedade, enquanto 35% dos entrevistados responderam que eventualmente contratam pessoal para o trabalho extra, sendo que a geração de emprego temporário fica localizada na comunidade da Serra da Mandioca, uma vez que os trabalhadores contratados residem na mesma comunidade.

Assim, configura-se que os moradores da Serra da Mandioca se utilizam de trabalho acessório para a complementação da renda familiar e, dessa maneira, conseguir perpetuar o modo de vida do camponês. Pois, mesmo precisando se ausentar da localidade para trabalhar em outros centros, os camponeses retornam para a localidade onde sempre viveram a fim de dar prosseguimento ao modo de vida que possuem. Desse modo, de acordo com o exposto por Oliveira (2007), comprova-se que, mesmo saindo para trabalhar em outras funções ou outras propriedades, o campesinato sobrevive na Serra da Mandioca.

Os entrevistados, também, foram indagados acerca dos assuntos referentes à produção agrícola nas propriedades pesquisadas. Assim, os entrevistados foram indagados acerca da produção agrícola das propriedades, onde foram obtidas as respostas constantes no Gráfico 8, a seguir.

Gráfico 8 - Produção agrícola na propriedade

Fonte: Dados de Pesquisa, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

Desse modo, é possível perceber a tendência explicada pelo IBGE (2017a; 2017b) acerca do crescimento dos cultivos de feijão e milho para a Microrregião de Palmeira dos Índios, pois todos os moradores, ou seja, 100% dos entrevistados cultivam os dois gêneros de plantas. Em segundo lugar, está a fava com 85% dos moradores entrevistados que afirmam cultivar. Em terceiro lugar, o amendoim, com 70% das respostas afirmativas obtidas; ocupando a quarta posição no ranking de plantação, está a abóbora, com 55%.

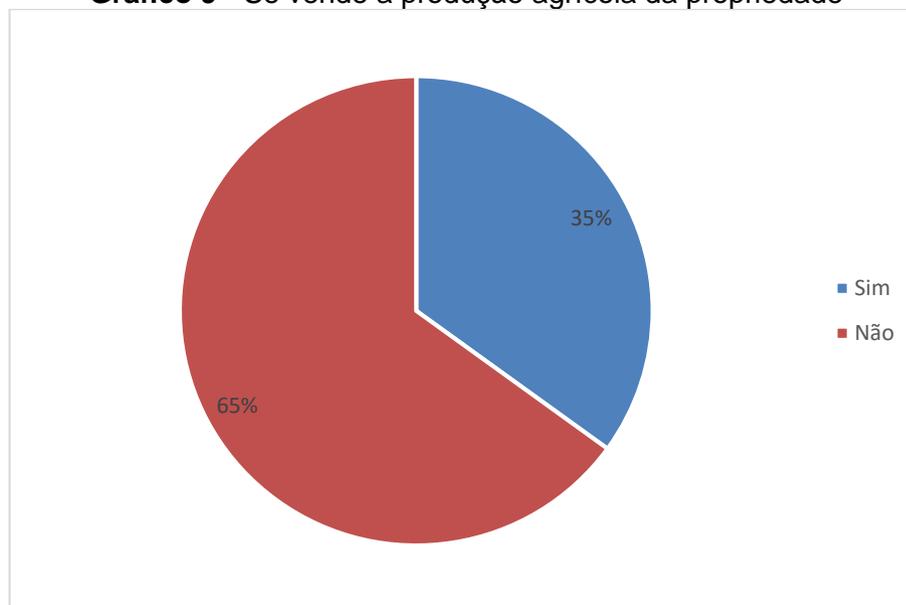
Somente na quinta posição é que pode ser encontrada a mandioca como item encontrado na produção agrícola das propriedades pesquisadas, representando 40% das propriedades que afirmam plantar. Nas últimas colocações se encontram a batata e a batata-doce com 15% e 25%, respectivamente, das respostas obtidas.

Assim entendidos quais os principais produtos agrícolas produzidos na Serra da Mandioca, os entrevistados foram questionados acerca da comercialização da produção. A maioria dos entrevistados, 65% afirmaram que não vendem a produção, pois esta é destinada ao consumo dos familiares. Os demais, 35%, afirmaram vender apenas a produção excedente, principalmente quando a safra rendeu resultados além dos esperados.

Portanto, a produção agrícola nas propriedades pesquisadas é destinada, principalmente, para o uso, ou seja, trata-se de agricultura, e, desse modo, garantindo a sobrevivência da comunidade.

Os dados referentes à comercialização dos alimentos produzidos estão dispostos no Gráfico 9, a seguir.

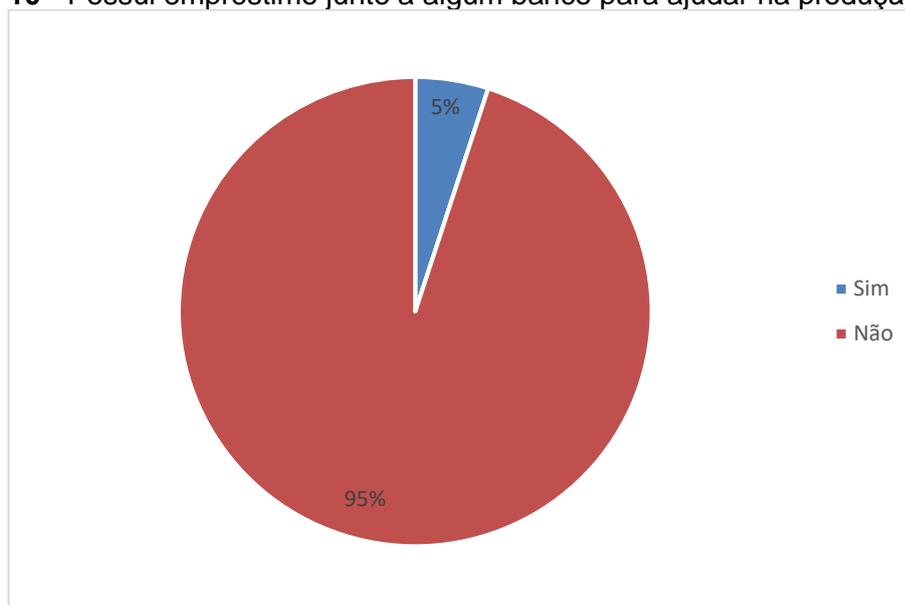
Gráfico 9 - Se vende a produção agrícola da propriedade



Fonte: Dados de Pesquisa, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

Desse modo, verifica-se que, de acordo com as informações obtidas no Gráfico 9, que a maioria dos entrevistados faz o cultivo da terra para seu próprio sustento e não para o comércio.

Assim, a agricultura empregada é a agricultura camponesa, onde os custos de produção não podem ser cobertos com o recebimento de vendas. Desse modo, é preciso estar atento aos gastos realizados com a produção. Nesse sentido, os entrevistados foram questionados se possuem empréstimos junto a algum banco, como pode ser visto no Gráfico 10, a seguir.

Gráfico 10 - Possui empréstimo junto a algum banco para ajudar na produção agrícola

Fonte: Dados de Pesquisa, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

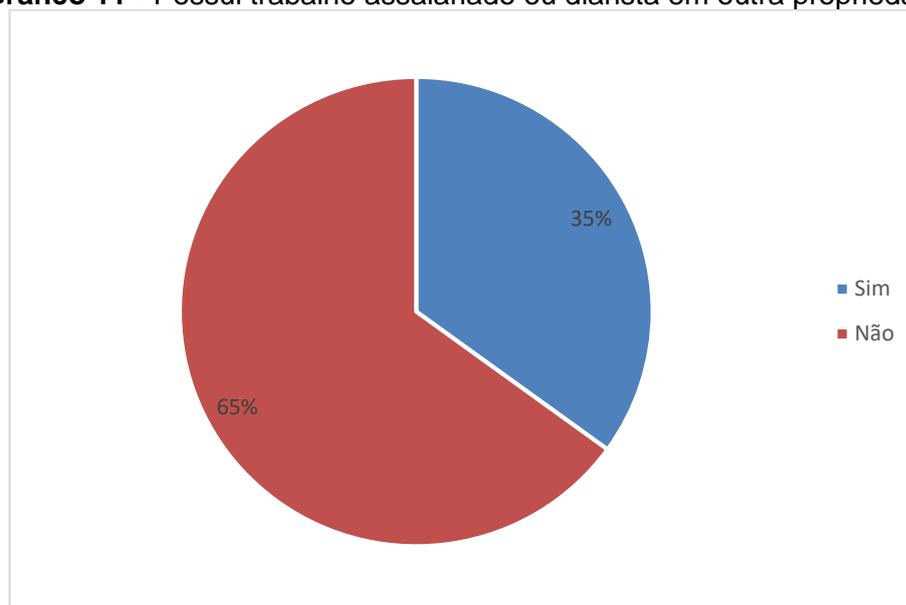
A grande maioria, 95%, respondeu que não possui empréstimos junto a bancos. 5% dos entrevistados responderam que sim, possuem empréstimos, como pode ser visto no Gráfico 10, anteriormente apresentado. Quando questionado acerca de qual banco, o entrevistado respondeu que se trata do Banco do Nordeste e que foi obtido com o Programa Agroamigo³.

Assim, o cultivo familiar não deixa de existir quando o agricultor toma empréstimo ao banco, isso porque são destinados a incrementar a produção agrícola, visto que a grande maioria dos entrevistados alegaram não possuir nenhum débito em decorrência da produção na terra.

Os entrevistados foram indagados se possuem trabalho permanente ou temporário em outras propriedades da localidade. A maioria, 65%, respondeu que não possui. Os demais, 35%, dos entrevistados responderam que possuem outros trabalhos, inclusive na cidade de Palmeira dos Índios.

As informações estão dispostas no Gráfico 11, a seguir.

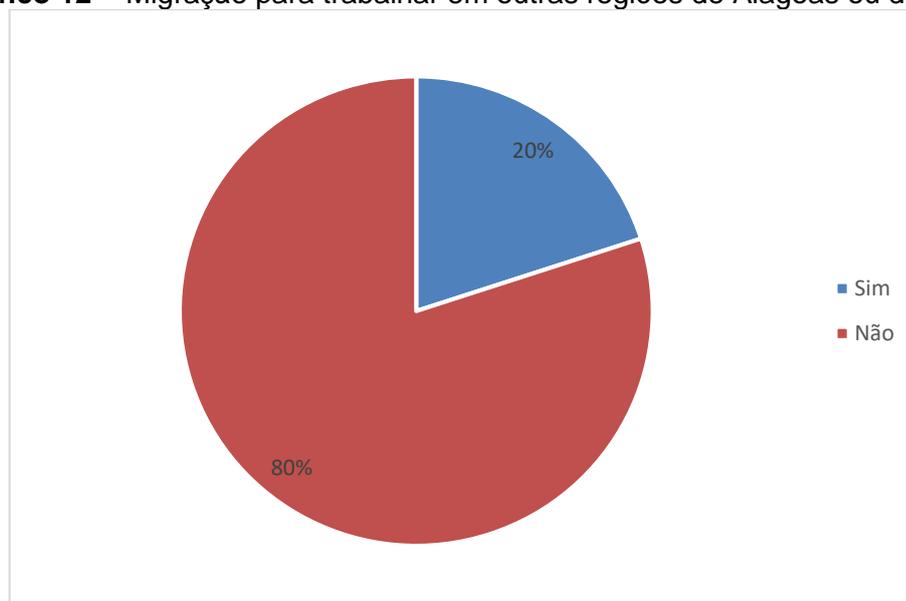
³ O Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural, promovido pelo Banco do Nordeste, com o objetivo de oferecer melhoria social e econômica ao agricultor familiar. O Programa opera nos estados da Região Nordeste, além dos estados de Minas Gerais, na região norte do estado, e do Espírito Santo.

Gráfico 11 - Possui trabalho assalariado ou diarista em outra propriedade

Fonte: Dados de Pesquisa, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

Assim, é possível perceber que 35% dos camponeses buscam a complementação da renda familiar buscando trabalho acessório, mesmo que nas propriedades da região. Outra característica do trabalhador do campo é a questão relacionada à migração para outras regiões em busca de emprego. Assim, os entrevistados foram questionados acerca desse assunto, onde a grande maioria, 80% respondeu que não vão para outras localidades.

As informações estão expressas no Gráfico 12, a seguir.

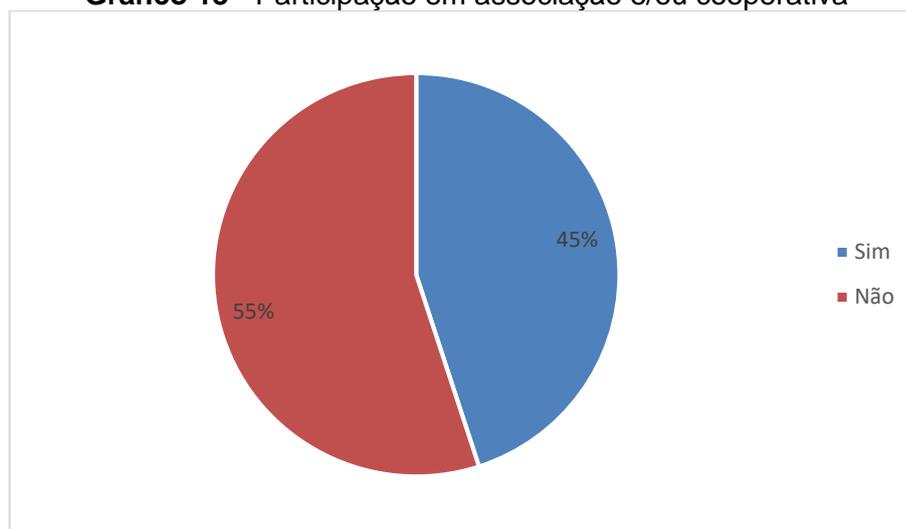
Gráfico 12 - Migração para trabalhar em outras regiões de Alagoas ou do país

Fonte: Dados de Pesquisa, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

Ainda analisando o Gráfico 12, é possível perceber que 20% dos entrevistados afirmaram viajar para outras localidades, principalmente o Estado de São Paulo, devido às questões de busca de trabalho alternativo de forma a complementar a renda familiar. Desse modo, o camponês da Serra da Mandioca busca no trabalho acessório, identificado por Karl Kautsky (*apud* PAULINO, 2008), uma maneira de complementar a renda, entretanto esse camponês não perde sua essência, pois retornará para o meio, ou seja, o campo.

Quando questionados acerca da participação em associações ou cooperativas, 45% das pessoas entrevistadas responderam ter vínculo com tais entidades, como pode ser visto no Gráfico 13, a seguir. Entretanto, a maioria, contabilizando 55% dos entrevistados, afirmaram não possuir vínculos com essas entidades corporativas.

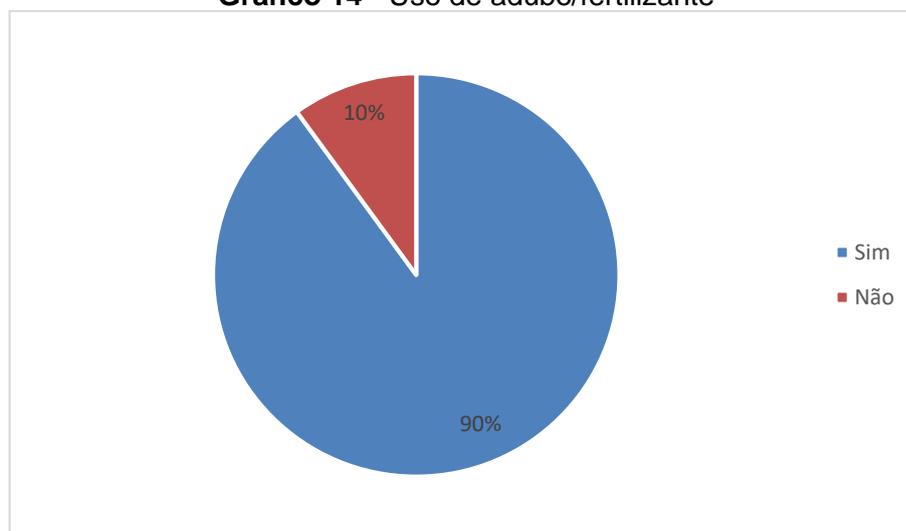
Gráfico 13 - Participação em associação e/ou cooperativa



Fonte: Dados de Pesquisa, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

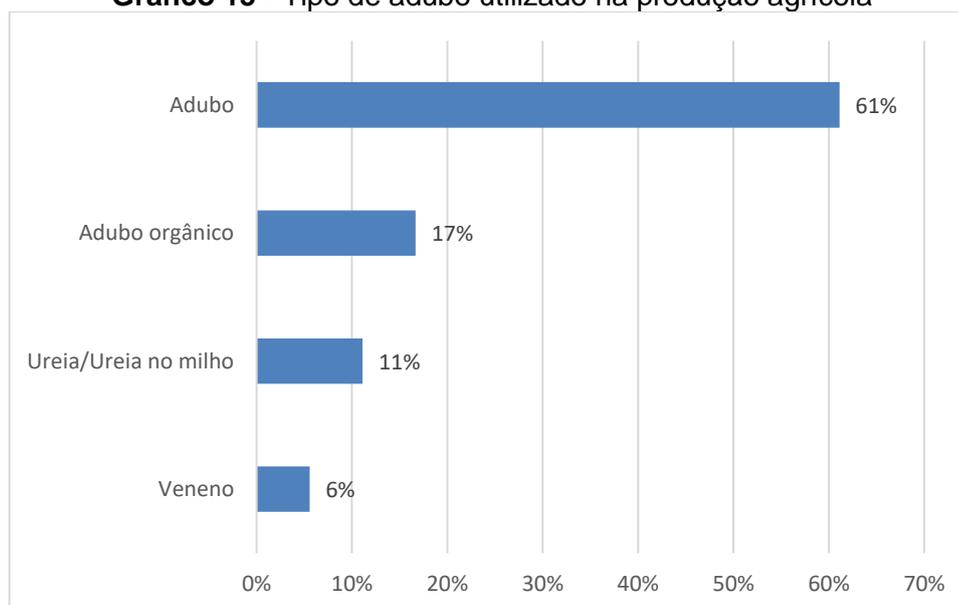
Na continuação, os entrevistados foram perguntados se utilizam adubos ou fertilizantes, sejam de origem orgânica, ou os que são mais utilizados pela indústria: o agrotóxico, na produção agrícola. Pois, diferentemente dos fertilizantes industrializados, os quais são agentes contaminantes do meio ambiente, existem variedades de adubos que são naturais e, portanto, não são nocivos, inclusive, aos humanos. A grande maioria, 90%, responderam que utilizam adubo/fertilizante, seja industrializado (agrotóxico) ou orgânico. Entretanto, 10% dos entrevistados responderam que não fazem uso desses materiais.

As informações estão dispostas no Gráfico 14, a seguir.

Gráfico 14 - Uso de adubo/fertilizante

Fonte: Dados de Pesquisa, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

Com relação a utilização de fertilizantes ou adubos (agrotóxicos ou orgânicos), 90%, conforme as informações extraídas do Gráfico 14 que retrata a realidade dos sujeitos que residem na comunidade pesquisada, que os entrevistados relataram que se utilizam de adubos para o cultivo da terra, ou seja, a maioria é massiva em relação ao uso de incrementos na produção agrícola para o aumento da colheita, como pode ser visualizado no Gráfico 15, abaixo.

Gráfico 15 - Tipo de adubo utilizado na produção agrícola

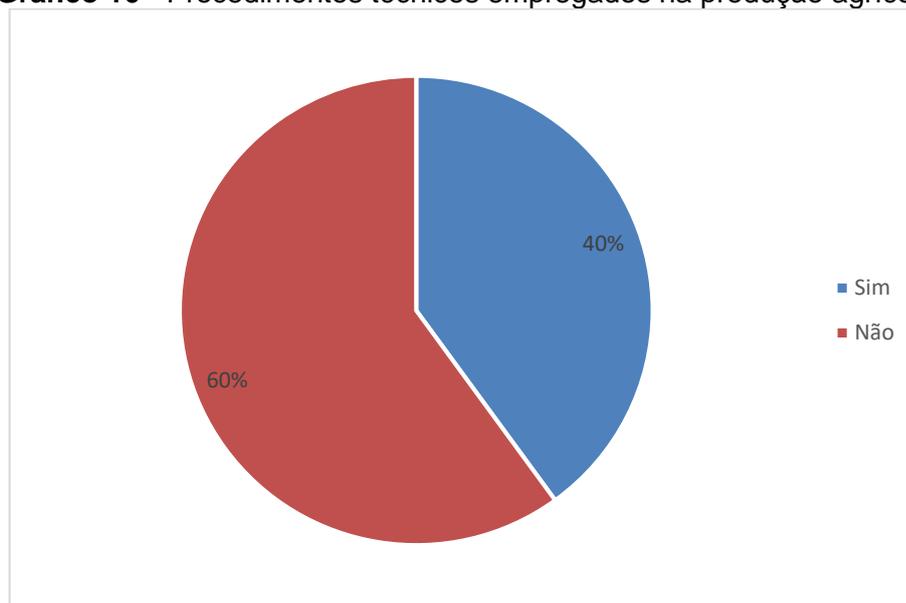
Fonte: Dados de Pesquisa, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

Dentre os tipos de fertilizantes utilizados e que se encontram relacionais no Gráfico 15, foi obtido que o adubo é o mais utilizado dentre todos, entre todas as respostas totalizam que 61% das respostas obtidas afirmam utilizar adubo na produção agrícola, inclusive adubo orgânico, 17% das respostas. Em terceiro lugar, com 11% das respostas obtidas, se encontra a utilização da ureia, principalmente no cultivo do milho. A minoria expressiva, 6% dos entrevistados, responderam que utilizam veneno, porém somente quando todas as possibilidades forem esgotadas.

Finalmente, quando questionados sobre a utilização de procedimentos técnicos, tais como o emprego de tratores, para o preparo da terra de cultivo, 60% dos entrevistados afirmaram não utilizar de veículos ou outro tipo de tecnologia, além de ferramentas manuais.

As informações podem ser vistas no Gráfico 16.

Gráfico 16 - Procedimentos técnicos empregados na produção agrícola



Fonte: Dados de Pesquisa, Laiz Lima dos Santos Farias (2018).

Dos demais, 40% dos entrevistados afirmam utilizar procedimentos técnicos na produção agrícola das propriedades, onde, em geral, esta é representada com o uso de tratores para auxiliar nas tarefas de larga escala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campesinato passou e ainda passa por transformações devido às modificações nas relações entre o modo de produção capitalista e o modo de vida camponês, fazendo com que o camponês busque sua reprodução, muitas vezes por meio da luta, para continuar sobrevivendo dentro de seu próprio meio social. Na atualidade, o campesinato tem sido submetido a interpretações que mistificam seu caráter enquanto classe social devido a associações e comparações errôneas.

Dentre as contradições que o campesinato se encontra subjugado temos o modo de produção capitalista, que requer cada vez mais o aumento da produção agrícola para fins industriais, vemos que o capitalismo acaba por monopolizar o território. Assim como, o aumento da produção controlada leva ao crescimento econômico político de um território, assim como suas sub-repartições, estados e cidades, contudo acarreta na semi ou sub-proletarização do camponês que passa a deter a posse de cada vez menos propriedades rurais, em detrimento do uso da terra para ao cultivo em grandes lavouras comerciais. A divisão fundiária do Brasil possui bases históricas que mostram como a maioria da terra está sob posse da minoria de pessoas, enquanto a maioria dos camponeses possui a menor quantidade de terras, assim ficando inviável competir com as grandes propriedades quando se refere à produção para consumo e comercialização desses produtos.

Assim, diante das adversidades não impostas ao mercado produtor, mas aos camponeses, guiado pelo capitalismo, o campesinato precisa se manter erguido diante dos problemas associados à submissão ao modelo político-econômico vigente. Essa luta engendrada pelo camponês é diária e tem em suas necessidades básicas, alimentação e sobrevivência, a principal motivação para sua recriação na sociedade capitalista. Ainda, o camponês nem sempre tem a luta por seu modo de vida feita de forma pacífica, a história já mostra como esse processo tem sido árduo e sangrento desde os primórdios da transição entre o feudalismo e capitalismo na Europa, assim como a invasão ao território brasileiro que buscou na ocupação e exploração da terra o enriquecimento de nações europeias.

Com a Serra da Mandioca essas relações de subordinação e recriação não tem se apresentado de maneira diferente ao exposto pela literatura. É possível verificar que o campesinato resiste na área onde se encontra a comunidade e seus moradores. Os camponeses que ali residem utilizam de meios para sobrevivência tradicionais,

como o plantio de variedades vegetais em suas terras, assim como a busca pelo trabalho acessório como forma de complementação da renda familiar. Ainda, alguns dos moradores veem a oportunidade de conseguir renda fixa em outras cidades, ou mesmo no principal centro urbano da região, a cidade de Palmeira dos Índios.

Ainda, os camponeses da Serra da Mandioca foram submetidos às mudanças do mundo globalizado, pois passaram a assumir aspectos do modo de produção capitalista ao utilizarem de artifícios químicos no incremento da produção de suas lavouras e, desse modo, conseguir comercializar o excedente de produção agrícola em maior quantidade. É preciso ressaltar que a comercialização de parte da produção não implica na descaracterização do campesinato, mas a adaptação excessiva aos moldes de produção capitalista é que danificam o modo de vida do camponês, pois este perde o sentido social.

Contudo, o campesinato na Serra da Mandioca tem se mantido, de maneira a observar que os moradores da comunidade, mesmo ao saírem em temporadas para trabalhar em outras áreas, voltam ao seu lugar de origem a fim de continuar com o modo de vida que estão inseridos. Desse modo, o campesinato é perpetuado na área onde a Serra da Mandioca está inserida e, assim, sobrevive às pressões capitalistas que buscam no uso da terra o enriquecimento de uma pequena porção de indivíduos em função do empobrecimento da classe camponesa. Em resumo, o campesinato na Serra da Mandioca é descrito, assim como, na teoria apresentada no corpo deste trabalho e consegue reunir os dados que o referenciam como mais um problema de luta pela recriação de uma classe, não apenas de pessoas, em face as dificuldades existentes no próprio meio.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Cultura. Municípios / Palmeira dos Índios / Histórico dos Municípios Alagoanos / **Histórico de Palmeira dos Índios**. 2018. Disponível em < <http://www.cultura.al.gov.br/municipios/historico-dos-municipios/historico-do-municipio-de-palmeira-dos-indios>> Acesso em dez./2018.

ALFREDO, Anselmo. Resenha bibliográfica. **Boletim Paulista De Geografia**, n.78, 2001. Disponível em <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/834/718>> Acesso em mar./2019.

DIAS DE JESUS, Alex Das ligas ao MST: luta pela terra e a territorialidade camponesa. **Revista Geográfica de América Central**, Universidad Nacional Heredia, Costa Rica , vol. 2, pp. 1-14, julio-diciembre, 2011. Disponível em < <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820525.pdf>> Acesso em mar./2019.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. *In.*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Organizadores). **Campesinato e territórios em disputa**. 1.^a Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. Disponível em < <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf>> Acesso em dez 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. *In.*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Organizadores). **Campesinato e territórios em disputa**. 1.^a Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. Disponível em < <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf>> Acesso em dez 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^a ed. São Paulo: Altas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6^a ed. São Paulo: Altas, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades / Brasil / Alagoas / Palmeira dos Índios. **Pesquisas: Produção Agrícola - Lavoura Permanente**, 2017a. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/palmeira-dos-indios/pesquisa/15/11863>> Acesso em jan./2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades / Brasil / Alagoas / Palmeira dos Índios. **Pesquisas: Produção Agrícola - Lavoura Temporária**, 2017b. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/palmeira-dos-indios/pesquisa/14/10193>> Acesso em jan./2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades / Brasil / Alagoas / Palmeira dos Índios. **História & Fotos**, 2018. Disponível em

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/palmeira-dos-indios/pesquisa/14/10193>> Acesso em dez./2018.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. *In.*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Organizadores). **Campesinato e territórios em disputa**. 1.^a Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008a. Disponível em <[http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS %20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/ca mpesinato.pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/ca mpesinato.pdf)> Acesso em dez 2018.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 11, nº. 12, pp. 57-67, Jan.-jun./2008b.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. São Paulo: HUCITEC, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: a lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. **Os Caminhos da Aldeia... Índios Xucuru-Kariri em Diferentes Contextos Situacionais**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Departamento de Ciências Sociais. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1994.

MARX, Karl. A Chamada Acumulação Primitiva. *In.*: **O Capital**. Lv. I, Vol. 2, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Camponeses, Cultura E Inovações. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 41-59, fev. 2006. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/11779/6893>> Acesso em mar. 2019.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil**. Território Colonial Brasileiro no “Longo” Século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Bases da Formação Territorial do Brasil. **Geografares**, Vitória, no 2, p. 105-113, jun. 2001. Disponível em <<http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/download/1145/858>> Acesso em mai./2019.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 10, n. 10, pp. 72-93, Jan.-jun./2007. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1424/1402>> Acesso em mar./2019.

NOGUEIRA, Verena Sevá. **Sair pelo mundo. A conformação de uma territorialidade camponesa**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP: [s.n], 2010. 279 p. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279994>>. Acesso em: ago. 2018.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em disputa e agricultura. *In.*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Organizadores). **Campesinato e territórios em disputa**. 1.^a Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. Disponível em <[http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS - GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf)> Acesso em dez 2018.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 8, n. 7, pp. 1-21, Jul./Dez. 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a02v52s1.pdf>> Acesso em dez 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário Entrevista de Campo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AO MORADORES DA SERRA DA MANDIOCA

Este questionário tem como objetivo coletar dados dos moradores da Serra da Mandioca, localizada na cidade de Palmeira dos Índios – AL, com a finalidade de analisar investigar as condições que habitação e uso da terra na comunidade. Os dados obtidos subsidiarão o estudo da pesquisa destinada a conclusão de curso, Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, da aluna Laiz Lima para o curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, orientado pelo Professor Dr. Lucas Lima.

Agradecemos a sua participação.

- 1) Nome: _____
- 2) Idade: _____
- 3) Há quanto tempo mora na Serra da Mandioca? () Anos () Meses
- 4) Há quanto tempo que trabalha na terra? () Anos () Meses
- 5) É proprietário da terra em que trabalha? () Sim () Não
- 6) Trabalha na terra somente com familiares? () Sim () Não
Se Não, com quem mais trabalha? _____
- 7) O que costuma produzir em sua propriedade? () Sim () Não
- 8) Vende o que produz? () Sim () Não
Se Sim, a quem? _____
- 9) Possui empréstimo tomado junto a algum banco para ajudar na produção agrícola?
() Sim () Não
Se Sim, a qual banco e em que programa? _____
- 10) Trabalha como assalariado ou diarista em outra propriedade agrícola da Serra da Mandioca? () Sim () Não
Se Sim, com que frequência? _____
- 11) Costuma migrar para trabalhar em outras regiões de Alagoas ou do país? () Sim () Não
Se Sim, para onde costuma migrar? Em que atividade costuma trabalhar?

- 12) Participa de alguma associação e/ou cooperativa? () Sim () Não
- 13) Faz uso de adubo ou fertilizante? () Sim () Não
- 14) Utiliza algum procedimento técnico? () Sim () Não